

8 DE MARÇO DE LUTAS E CONQUISTAS



O 8 de março de 2024 foi marcado por atos em todo o país. Com movimentos sociais, mulheres deram o tom roxo às ruas em gritos de luta por direitos e equidade de gênero. Pelo segundo ano consecutivo, o Ministério das Mulheres anunciou retomada de programas importantes, como o Casa da Mulher Brasileira, além de uma plataforma que mapeia políticas públicas

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 12 de Março de 2024 Nº 132

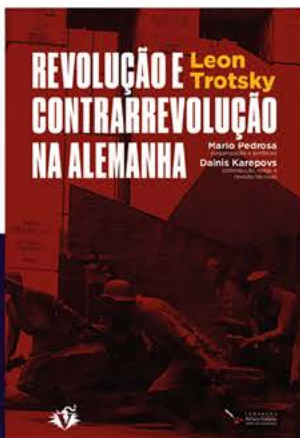
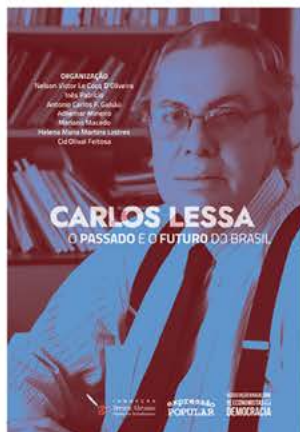
Atos pintam de roxo as ruas do país

Ministério das Mulheres anuncia pacote de políticas

Entrevista: Tarciana Medeiros, a primeira presidente do BB

Farra dos CACs: como Bolsonaro armou a população

CONHEÇA A FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO



27 ANOS PRODUZINDO CONHECIMENTO E FORMAÇÃO POLÍTICA

Fundação Perseu Abramo | Formação | Publicações | Memória | Teoria e Debate | Acervo Social | Observa BR

POLÍTICA | ECONOMIA | CULTURA | MEIO AMBIENTE | PÚBLICO | INTERNACIONAL | SOCIAL | PERIFÉRIAS | PODCAST | VÍDEOS | ÁGENDA

formação FPA

CLIQUE AQUI E ACESSSE NOSSOS CURSOS

Publicações

■ **ACOMPANHE NOSSOS CANAIS E RECEBA NOSSAS PUBLICAÇÕES!**



www.fpabramo.org.br



[@fpabramo](https://twitter.com/fpabramo)



[Fundação Perseu Abramo](https://www.youtube.com/fpabramo)



[@fpabramo](https://www.instagram.com/fpabramo)

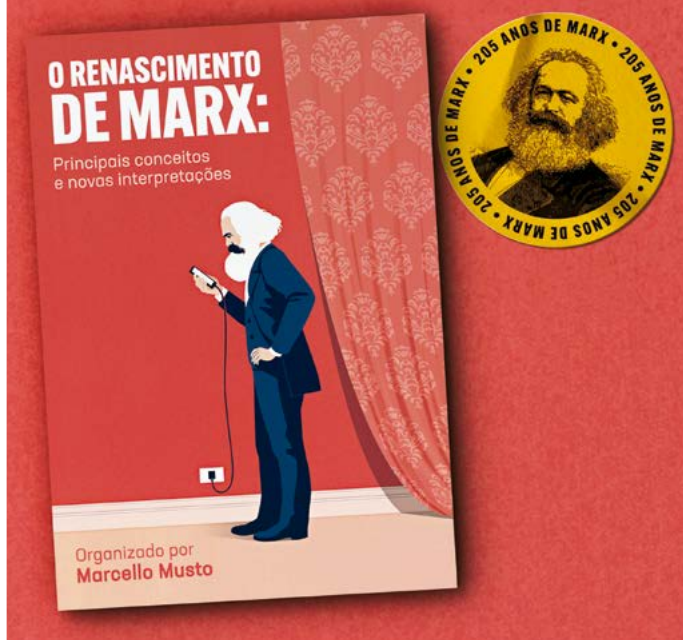


FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

O RENASCIMENTO DE MARX

ORGANIZADO POR MARCELLO MUSTO

adquira seu exemplar em: autonomialiteraria.com.br



focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Edição: Guto Alves

Diagramação: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Bia Abramo, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Guto Alves,

Henrique Nunes e Isaías Dalle



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Valter Pomar e Virgílio Guimarães

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria

de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira

Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes Amorim,

Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio,

Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque,

Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel,

Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada

Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima,

Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza

Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges

Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena

Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

CONTRIBUA COM A REVISTA
REVISTA RECONEXÃO PERIFERIAS

Convidamos ativistas, coletivos e movimentos para contribuírem com a Revista Reconexão Periferias de fevereiro.

O tema do mês será sobre as ruas, como espaços de disputa, defesa da democracia e também alegria, nas festas populares do carnaval. **Textos, artigos, fotos, ilustrações, poemas e toda forma de expressão que possa estar consolidada na Revista são bem vindos!**

Envie um e-mail para estudosperiferias@gmail.com para maiores informações.

SERÁ MUITO LEGAL TER A PARTICIPAÇÃO DE VOCÊS!

FUNDAÇÃO Perseu Abramo Partido dos Trabalhadores

REVISTA RECONEXÃO PERIFERIAS



Sergio Silva

UMA NOVA POLÍTICA PARA AS MULHERES

No dia 8 de março, o Ministério das Mulheres inaugurou em Teresina, Piauí, uma unidade da Casa da Mulher Brasileira (CMB). Até 2026, outras 39 casas serão inauguradas. A retomada coroa uma série de medidas da pasta, que hoje acumula o impressionante número de 300 iniciativas e projetos de políticas públicas voltadas às mulheres.

RETOMADA: Ministério já acumula mais de 300 iniciativas e projetos voltados às mulheres

Página 06

ASSISTÊNCIA Em Teresina, nova Casa da Mulher Brasileira dá início a série de inaugurações

Página 10

8M: Mulheres vão às ruas pelo direito à vida com dignidade

Página 11

Mulheres petistas em

marcha por direitos e contra violência de gênero

Página 14

8M: Lula participa de almoço especial e anuncia pacote de medidas.

Página 16

ENTREVISTA Tarciana Medeiros, a primeira mulher a presidir o Banco do Brasil.

Página 19

ARTIGO Eleonora Menicucci escreve sobre o 8 de março.

Página 27

Farra dos CACs Como Bolsonaro armou o Brasil flexibilizando o porte de armas de fogo.

Página 31

ELEIÇÕES 2024 Fundação Perseu Abramo avança na construção de propostas.

Página 38

CULTURA Documentário revela a negritude apagada na história de Chiquinha Gonzaga.

Página 43



Ricardo Stuckert/PR

OS DESAFIOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Alberto Cantalice

Pesquisa recente publicada pelo instituto Atlas Intel apontou o PT como o partido preferido por 34,6% dos eleitores brasileiros. Fruto da polarização política no país, os sem preferência partidária recuaram para 25% do eleitorado, mesmo número obtido pelo PL bolsonarista. Os demais partidos: PSOL com 2,7%, o PSDB com 2,3%, Novo 1,5%, PCdoB 1,3 e PSD 1,0. O restante dos partidos não atingiram 1,0%. A pesquisa abrangeu 2.122 em todas as regiões do país e foi a campo entre os dias 4 e 7 de março.

Apesar de alvissareiro, o resultado para nós petistas se reveste de uma responsabilidade ímpar: como transformar a simpatia popular em votos para o Congresso Nacional, assembleias legis-

lativas e câmara de vereadores. Uma das saídas seria construir uma imagética petista. Vinculando todos os candidatos proporcionais à sigla. Ou seja, ao invés de veicular o nome dos candidatos em letras garrafais, compor a mesma proporção como sigla e o número destacando-se o 13.

Demonstra-se ainda, que à despeito de lideranças regionais com sua representatividade e prestígio, sobressai a vinculação com a liderança de Lula e o pertencimento ao PT como uma das molas-mestras dos êxitos eleitorais.

O nosso esforço tem que ter como objetivo estratégico fidelizar esse eleitor para que amplie nossas bancadas e a partir do parlamento e sempre ancorado nas bases populares, emprendermos mudanças progressistas na sociedade brasileira.

É importante discutir com a população a necessidade do

voto em um parlamentar petista. Mostrar que a presença no parlamento é fundamental para que se possa avançar pautas de interesse popular; evitar que a captura do parlamento por forças reacionárias que fazem o jogo das elites e dos poderosos em detrimento dos pobres e das classes médias seja um moto-contínuo.

As transformações na iníqua situação em que ainda sobrevive parte da nossa população e a falta de uma justiça tributária que beneficie as classes médias são frutos da extorsiva cobrança indireta de tributos; a taxaço de grandes heranças; a cobrança de lucros e dividendos de especuladores; o fim de subsídios indevidos e a política de juros altíssimos praticados pelo Banco Central só advirão com uma maioria progressista no parlamento brasileiro.

O PT pode e deve fazer isso.



RETOMADA: MINISTÉRIO DAS MULHERES JÁ ACUMULA MAIS DE 300 INICIATIVAS E PROJETOS VOLTADOS ÀS MULHERES

No dia 8 de março, o Governo Federal inaugurou em Teresina, Sergipe, uma unidade da Casa da Mulher Brasileira (CMB). Até 2026, outras 39 casas serão inauguradas. A retomada coroa uma série de medidas do Ministério das Mulheres, que hoje acumula o impressionante número de 300 iniciativas e projetos de políticas públicas, um trabalho de reparação de danos e desmontes e reconstrução rumo a um país que volte a ouvir e a construir uma política de gênero consistente, desde plataformas digitais que mapeiam iniciativas a sistemas de memória e proteção de dados

A Inauguração da Casa da Mulher Brasileira (CMB) em Teresina, no dia 8 de março, é uma das facetas visíveis do trabalho que o Ministério das Mulheres vem realizando desde o início do governo Lula, ano passado. É o começo da esteira de resultados do trabalho de reconstrução dos danos causados por governos anteriores, iniciado ainda no período de transição. Até 2026, estão previstas ainda mais 39 inaugurações como esta, além dos Centros de Referência da Mulher, unidades regionais menores.

As festividades na entrega da CMB na capital do Piauí coroam um trabalho que já resultou em um resultado expressivo para tão pouco tempo de trabalho - que incluiu, muitas vezes, refazer o que havia sido desmontado: o governo já acumula, aproximadamente, 300 iniciativas e projetos de políticas públicas para as mulheres, em preparo ou execução, em diversos ministérios, com propostas que atuam em várias frentes, integrando esforços e investimentos.

A exemplo do que ocorre em outras áreas do atual governo federal, as ações voltadas a políticas para as mulheres são marcadas pela transversalidade. Os ministérios precisam trabalhar afinados para que objetivos mais gerais, cuja execução depende de ações localizadas em diversas pastas, cumpram prazos e funcionem com eficácia.

Plataforma monitora políticas

Para melhor monitorar e coordenar o andamento de todas essas iniciativas e poder prestar contas de seus resultados, o Ministério das Mulheres anunciou a criação de uma plataforma di-

Reprodução



DE VOLTA Casa da Mulher Brasileira é inaugurada em Teresina

ATÉ 2026, ESTÃO PREVISTAS AINDA MAIS 39 INAUGURAÇÕES COMO ESTA, ALÉM DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA MULHER

gital, cuja atividade plena é prevista para o segundo semestre deste ano.

Tomando como exemplo, ainda, a CMB de Teresina: a aquisição do terreno, a construção do prédio, a compra de equipamentos, a aquisição de viaturas para a operação Patrulha Maria da Penha, a alocação de pessoal especializado para prestar os atendimentos - delegadas, policiais, juízas, enfermeiras, médicas e psicólogas, entre outras - e a manutenção do atendimento cotidiano, para citar algumas das missões envolvidas no projeto, precisam da participação - e verbas - de outros ministérios e de outros poderes, como o Judiciário.

Articulação política

As iniciativas só são possíveis com a necessária articulação entre prefeituras e governos estaduais, que precisam estar alinhados, desde a decisão de construir uma Casa da Mulher Brasileira até seu funcionamento, propriamente dito. Mesmo que os partidos ou campos políticos



de quem ocupa os cargos nos executivos locais sejam diferentes, ou mesmo opostos.

O Poder Legislativo nas três instâncias - federal, estaduais e municipais - é outra peça-chave no processo. Emendas parlamentares entram nessa composição, às vezes alinhadas às concepções do governo federal, mas nem sempre.

Diante de um desafio tão grande quanto promover igualdade de oportunidades e proteção às mulheres brasileiras, frente a injustiças seculares que se movem em ritmo alucinante - para citar apenas um exemplo, o número de 1.463 feminicídios no país, em 2023, atingiu a pior marca desde que o crime foi tipificado, há nove anos -, é difícil mensurar resultados positivos que respondam ao estupor que o quadro provoca em parte da opinião pública.

Por isso, além das ações já em curso para reconstruir as políticas públicas para as mulheres, o ministério está concluindo esse projeto para monitoramento das centenas de iniciativas, necessitaria prestação de contas e - por que não? - propaganda dos resultados, para que a população

O NÚMERO DE 1.463 FEMINICÍDIOS NO PAÍS, EM 2023, ATINGIU A PIOR MARCA DESDE QUE O CRIME FOI TIPIFICADO

possa, não só acompanhar o trabalho, como conhecer e reconhecer conquistas e direitos.

O projeto vai se materializar numa plataforma digital perme-

ável entre os órgãos da administração. Tendo em perspectiva o caráter de interdependência com os diversos atores políticos e regionais, o objetivo é localizar todas as iniciativas, dos pontos de vista geográfico, orçamentário e finalístico, chegando até a escala mais refinada da avaliação de resultados e medição de impactos na vida das mulheres.

Ligue 180 sob medida

O objetivo é consolidar uma ferramenta não apenas de controle e avaliação, mas de aplicação direta no atendimento a mulheres. Na ponta da linha, quando telefonarem para o Ligue 180, canal de denúncias e pedidos de ajuda para mulheres em situação de violência, o CPF delas será o ponto de partida para a plataforma localizar as políticas públicas existentes no território onde cada uma vive, identificar quais políticas porventura elas já acessam e, assim, propor o encaminhamento mais adequado e rápido para cada situação.

Esse atendimento vai permitir também a identificação de quais são as demandas locais e regionais mais frequentes ou que in-

diquem tendências e, ao mesmo tempo, permitir aperfeiçoamento naquilo que já é oferecido. “Queremos cada vez mais que as políticas públicas sejam baseadas em evidências: o que tem e o que precisa ter”, explica Sandra Lia Bazzo, coordenadora de Garantia de Direitos e Acesso à Justiça do Ministério das Mulheres.

O projeto, cujo nome provisório é Sistema Nacional de Monitoramento de Políticas Públicas para as Mulheres - está sendo construído junto com a Data-Prev., com participação de representantes de outros ministérios. A perspectiva de implantação prevê que até julho estará em operação no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop), que atende todo o governo federal. Até o final do ano, segundo o cronograma, estará em uso pelas atendentes do Ligue 180, fase maior de sua aplicação prática e dinâmica.

Antes que o costumeiro (e justificado) ceticismo em relação a promessas de governo se manifeste, vale citar que o processo de digitalização da administração pública federal já tem dado passos consistentes. E, como consequência, seu uso a serviço da política. Exemplo mais conhecido dessa adaptação aos novos tempos é o Serviço de Informações Eletrônicas (SEI), atualmente sob o comando do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

Por intermédio do SEI, cada etapa na definição de notas técnicas, normas ou grandes projetos, desde pequenas providências como a emissão de passagens aéreas, é registrada. Servidores de diferentes órgãos e níveis de atuação têm acesso ao sistema e o utilizam. A cada informação ou medida que é depositada ali, links as associam à política ou projeto do qual fazem parte, formando um amplo e detalhado

Reprodução



PRONUNCIAMENTO - A ministra das Mulheres Cida Gonçalves enfatizou o poder feminino na gestão atual e as conquistas da pasta

Reprodução



ARTICULAÇÃO Plano de ações para prevenção de feminicídios será apresentado em março

painel de monitoramento.

Memória e proteção

Todos os órgãos do governo federal têm acesso a essas informações, como se o SEI fosse um grande edifício construído com paredes transparentes, e sua planta disponível como um GPS.

No entanto, a plataforma não se estende para além da máquina federal, e o desafio de interligar todas as políticas públicas, nos três níveis e nos três poderes, permanece. A plataforma em desenvolvimento pelo Ministério das Mulheres pretende dar passos nessa direção.

Da mesma maneira que o Sistema Nacional de Monitoramen-

to de Políticas Públicas para as Mulheres, o SEI também partiu de uma iniciativa localizada, e a comprovação de sua eficácia o fez ser adotado pelo governo como um todo.

O projeto foi elaborado por técnicos do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em 2009. Em 2013, uma força tarefa do governo Dilma Rousseff, em busca de soluções avançadas para o desafio da digitalização, encontrou no SEI um modelo adequado.

Além de ferramenta de gestão, o SEI pode funcionar como salvaguarda da memória política e uma espécie de barreira a projetos de desmonte e destruição, como o impetrado desde o golpe de 2016.



Reprodução

NO PIAUÍ, NOVA CASA SUPERA POLARIZAÇÃO

Inauguração marca retomada de programa criado na gestão de Dilma Rousseff

Em transmissão ao vivo, a ministra Cida Gonçalves, das Mulheres, e a primeira-dama Janja da Silva participaram da inauguração da Casa da Mulher Brasileira em Teresina, no início da noite da última sexta-feira.

No palco, presencialmente, dois grupos políticos diferentes descerraram a placa oficial em clima de cordialidade e cooperação. O prefeito José Pessoa Leal (Republicanos), o ex-governador Wellington Dias, atual ministro de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (PT) e a secretária estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, a ex-governadora e ex-senadora Regina Souza (PT), reafirmaram a convivência que já vinha sendo praticada desde que tiveram início as tratativas para construção da Casa, cuja gestão será partilhada pelos três

níveis de governo.

O atual governador, o também petista Rafael Fonteles, que durante o dia participou de diversas atividades relativas ao Dia Internacional das Mulheres, havia viajado no final da tarde para uma viagem oficial a países da Ásia e Oceania.

“Esta casa é um espaço importante de acolhimento para que a gente possa atingir nosso maior objetivo: violência zero contra as mulheres. Femicídio zero, é isso que a gente quer para o Brasil”, disse Janja. A ministra Cida destacou que é um compromisso do governo a construção de 40 CMB’s até o final do governo. “Em parceria constante com prefeitura e governo do Estado, Teresina ganha um grande instrumento para enfrentar e prevenir a violência. Queremos garantir a igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres”, disse.

A secretária nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Denise Motta Dau, destacou em sua fala o papel desempenhado pela ex-presidenta Dilma Rousseff na criação do projeto Casa da Mulher Brasileira. “Em 2013 foram feitos os primeiros esboços do que seria este serviço integral e humanizado para as mulheres em situação de violência”, recordou.

“Naquele momento, foi lançado o programa Mulher, Viver sem Violência, prevendo a instalação de casas como essa em todas as capitais do país. Hoje já deveríamos estar na segunda etapa, levando as casas para o interior do país, mas, devido a interrupções, o programa não andou como deveria”, completou, sem fazer menção explícita aos governos de direita pós-golpe.

Denise lembrou ainda que o projeto surgiu de diálogos com os movimentos sociais e feministas, origem que ajudou a resistência, impedindo que as unidades existentes antes do golpe fossem fechadas por completo.

Atualmente, após a inauguração em Salvador, ano passado, e em Teresina, existem nove Casas da Mulher Brasileira. Até abril, será inaugurada outra unidade em Ananindeua (PA). Além disso, na atual gestão foram inaugurados quatro Centros de Referência da Mulher.

“O presidente Lula mandou dizer que as mulheres não estão sós”, afirmou o ministro Dias. “É uma alegria estar aqui neste trabalho integrado, com prefeitura, governo estadual e federal, com o Judiciário e o Legislativo e com os movimentos sociais”, completou. “Se eu tivesse um só pedido a fazer para a Casa da Mulher Brasileira de Teresina, seria este: que as mulheres possam se sentir protegidas, à vontade, para contar as suas histórias e receber apoio”.



8M: NESTE 8 DE MARÇO, MULHERES VÃO ÀS RUAS PELO DIREITO À VIDA COM DIGNIDADE

Elas lutam pelo direito à vida, ao aborto legal, à igualdade salarial, por políticas de cuidados, saúde, educação, respeito por sua orientação sexual e dignidade

Rose Silva

As mulheres brasileiras saíram às ruas neste 8 de março para dar visibilidade às lutas pelo direito de ficarem vivas, ao aborto legal, à igualdade salarial, por políticas de cuidados, saúde, educação, respeito por sua orientação sexual e dignidade. Não é pouca coisa em um país como o Brasil, que registrou mais de 10 mil casos de feminicídio em nove anos. E onde o racismo acentua as violências contra as mulheres negras, indígenas, pobres e periféricas.

O Brasil é o quinto país do mundo em assassinato de mulheres. E entre as dez mortas por arma de fogo, sete são negras. Meninas de até 13 anos são as maiores vítimas de abuso sexual. Em 2022, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 35 mulheres foram agredidas por minuto e quase 8 milhões receberam agressões como chutes e socos.

Com apenas 13 anos de idade, a jovem estudante Elis Maiara Marinho Novaes estreou neste 8 de março, no ato da Av. Paulista, e se destacou no público da manifestação, que era majoritariamente adulto e mais velho. Ela

explicou por que estava lá: “acho que é uma data importante e deveria ser mais valorizada. A gente deveria ter uma cultura de mulheres fortes, eu vim de uma cultura de mulheres fortes. Estamos aqui há milhares de anos, recebemos séculos de falta de respeito, abusos, quantas mulheres não foram estupradas, violentadas para a gente estar aqui hoje? Minha tataravó, que foi escravizada, morreu em um quilombo para que eu pudesse estar aqui hoje. A mulher é um símbolo de força pra mim”.

As mulheres são ainda, lamentavelmente, sub-representadas na política. E mudar essa situação

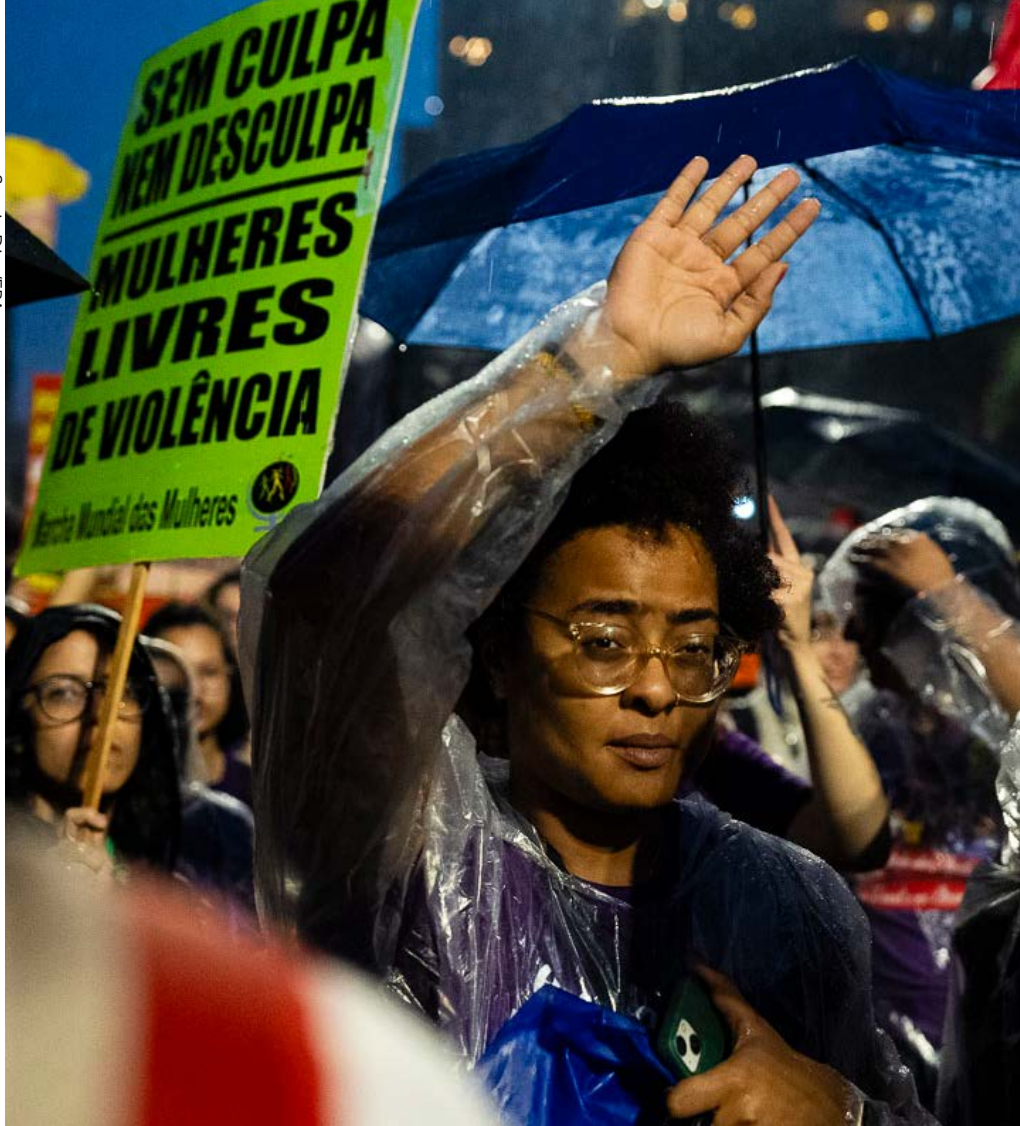
é essencial para garantir à brasileiras ter o direito de viver com dignidade. A deputada federal Juliana Cardoso (PT-SP), que participou do ato na Avenida Paulista, reconhece alguns avanços. “Hoje, entre 513 deputados, somos 94 mulheres, a maior bancada da história da República. Isso foi conquista de muita luta. Mas são pessoas de várias classes sociais e de vários partidos, principalmente que não atuam junto com as causas das mulheres. A gente cresceu também como bancada do PT, somos hoje 29 deputadas”, diz.

“Mas óbvio que não é fácil. O Congresso é um lugar que não foi pensado para as mulheres, onde o machismo predomina. Na Câmara Federal, a gente consegue enxergar de verdade as classes sociais e os interesses da mesquinha da política. Por outro lado, temos um time de mulheres feministas que conseguem pautar e enfrentar projetos como a lei contra o aborto, o desmonte de políticas públicas para as mulheres, que legalizam a morte de jovens e crianças periféricas, e o Marco Temporal, que acaba com o meu povo indígena. E infelizmente eles são maioria.

Ela defende que a paridade no Parlamento para homens e mulheres seja uma política prioritária dentro dos partidos. “Hoje temos 30% do fundo partidário, do fundo eleitoral, que ajudam a avançar e ocupar espaços. Mas o que falta principalmente às mulheres de esquerda é ter mais espaço nos nossos partidos, porque ainda não dão a atenção necessária para que as mulheres possam adentrar na política”.

A militante da Marcha Mundial das Mulheres Maria Fernanda Marcelino e da Sempreviva Organização Feminista (SOF) participa do 8M desde 1995. “Temos avanços que são fruto da luta permanente das mulheres por direito à

Sergio Dias/FPA



vida, ao trabalho e à dignidade, mas temos também, em contraposição, um avanço do conservadorismo e do fascismo no Brasil, que impõe limites às nossas conquistas. No campo dos cuidados, as mulheres carregam o mundo nas costas para que a sociedade funcione. No campo da sexualidade, uma repressão muito maior em torno da orientação sexual ou mesmo as questões do aborto, como o fechamento do Hospital Nova Cachoeirinha que fazia o atendimento dos casos de aborto legalizados pelo prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes”, afirma.

Em relação à sub-representação feminina nos espaços de poder, ela acredita que seja essencial a reforma do sistema político para aumentar a possibilidade de eleger mulheres, pessoas negras e indígenas. A outra coisa é investir para que as mulheres

tenham tempo livre, porque recaem sobre elas o cuidado com as crianças, o sustento da casa, os menores salários.

A Secretária de Organização do Movimento Negro Unificado em São Paulo, Luka Franca, afirma que não vamos acabar com o feminicídio se não tratarmos a questão racial ali colocada. “As mulheres negras são vistas de forma objetificada muito mais do que as brancas, e isso precisa estar no nosso norte. Por isso a gente precisa fortalecer a política de proteção das mulheres, sobretudo contra a violência, educação sobre o tema e a Lei Maria da Penha nas escolas, para que os professores saibam identificar quando a criança está em um ambiente de violência doméstica e possa acessar uma rede. Isso não é possível, obviamente, se a gente não pensa a questão racial”.





Reprodução

8M: MULHERES PETISTAS VÃO ÀS RUAS DO PAÍS CONTRA A VIOLÊNCIA E POR DEMOCRACIA

Atos foram organizados coletivamente por movimentos de mulheres de todo o Brasil, e contou com a participação da SNMPT; brasileiras também defenderam o fim do genocídio em Gaza

Agência PT

Ao longo desta sexta-feira (8), data que marca o Dia Internacional da Mulher, as mulheres petistas ocuparam as ruas de todos os estados do país para lutar por direitos, defender a democracia e protestar contra a violência, o feminicídio e a misoginia que vêm ceifando diariamente a vida de brasileiras. Apenas o Rio Grande do Sul não realizou atividade hoje, em virtude das chuvas. O ato está marcado para o dia 14.

Em todos os atos, faixas com o tema do 8 de março deste ano – “Sem golpe, sem anistia e sem misoginia” – estiveram presentes, assim como cartazes com mensagens como “Lugar de mulher é onde ela quiser”, “Resistimos para ver, marchamos para transformar”, “Transformando a política com protagonismo feminista”, “Creches para todas as mães”, “A epidemia do Brasil é o feminicídio”.

Em Manaus, a secretária nacional de mulheres do PT, Anne Moura, liderou um grande ato. Ela destacou a importância de as mulheres ocuparem as ruas hoje

e sempre: “As mulheres estão na rua em defesa da democracia, sem golpe, sem anistia e sem misoginia, isso tudo resume o que a gente vem lutando ao longo desses anos. A gente quer mais igualdade, mais mulheres na política”.

“Por isso saímos às ruas em todo o Brasil para levantar nossa bandeira, nosso cartaz para dizer em alto e bom som dizer: o dia da mulher é todo dia, mas hoje, em especial, a gente sai às ruas para gritar bem alto por nossos direitos. Basta de violência contra as mulheres. Não seremos silenciadas nunca mais! Queremos

todas nós vivas”, defendeu Anne.

Sob forte chuva, mulheres ocupam a Paulista

Já em São Paulo, mesmo sob forte chuva, milhares de mulheres de movimentos sociais e sindicais, partidos políticos do campo da esquerda, e estudantes ocuparam as ruas da Avenida Paulista para ouvir as palavras da presidenta do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PT-PR).

“Essa marcha do 8 de março está sendo feita em várias cidades brasileiras, em muitas capitais, para mostrar que nós estamos aqui atentas. Não vamos abandonar a luta. E nós queremos mais mulheres em espaços de representação política. A democracia tem um déficit, se mais da metade das mulheres não participarem do processo político e não forem representadas dignamente nos espaços de decisões”, advertiu Gleisi.

E prosseguiu: “Por isso a luta pela democracia é muito importante para nós. Chega de golpe, chega de medo da ditadura. Nós queremos que aqueles que atentaram contra a democracia no dia 8 de janeiro respondam pelos seus crimes. É sem anistia. Estamos na luta para que a democracia viva”, disse a presidenta”.

Juliana Cardoso, deputada federal (PT-SP), também participou do ato na Paulista para denunciar tudo aquilo que ainda afeta a vida das mulheres: “Nós temos um número alto de feminicídio, nós ainda temos, infelizmente, que brigar pelas nossas políticas públicas. Estamos aqui para dizer que basta de genocídio do povo palestino, e da nossa juventude negra e periférica.”

A secretária Estadual das Mulheres de SP, Fernanda Curti, destacou a ocupação mundial feita pelas mulheres neste 8 de Março: “As mulheres estão tomando

as ruas no mundo inteiro, e aqui no Brasil, no estado de São Paulo, não é diferente. Nós, mulheres do PT, estamos nas ruas para exigir mais democracia e isso envolve mais mulheres na política. Portanto, convido a todas as mulheres a se engajarem, seja para disputar a eleição, ou ajudar outra mulher a construir sua campanha”.

“Nós também queremos que não haja anistia para os golpistas”, continuou a secretária. “O que aconteceu no dia 8 de janeiro precisa ser punido de forma exemplar para barrar qualquer movimento e tentar derrubar a democracia no nosso país. Nós também estamos denunciando a misoginia desse Brasil. Nós não queremos mais um país que assassina, agride e violenta mulheres todos os dias. É por isso que a gente fica muito feliz de ter recuperado o Ministério das Mulheres com o presidente Lula”.

A luta por melhores condições para mulheres no ambiente de trabalho foi destaca por Renata Scaquetti, secretária sindical do PT-SP, como uma das causas que devem ser defendidas pelas companheiras.

“Estamos no ato do 8 de março, uma grande mobilização das mulheres, especialmente as trabalhadoras, em defesa da vida de todas as mulheres, pelo fim da violência contra as mulheres, pela ratificação da Convenção 190 da OIT, que é extremamente importante porque é um mecanismo que reconhece o direito de toda mulher ter um local de trabalho livre de violência e assédio. Essa é uma das nossas lutas”.

No Rio, mulheres também foram às ruas

No Rio de Janeiro, a deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ), coordenadora da Bancada Femi-

nina e da Secretaria da Mulher da Câmara, também discursou para as companheiras petistas.

“Mais uma vez nós estamos aqui para defender as mulheres brasileiras do feminicídio, da violência, que tem nos assustado grandemente. Nós temos que defender as nossas vidas porque nossas vidas importam e por isso estamos aqui para falar chega de feminicídio, não só no RJ, mas também no Brasil. Nós tivemos a coragem de votar para Lula voltar, e criar o Ministério das mulheres, e começar a ter políticas de estado para mulheres.”

Bené, que é uma das maiores referências de luta e atuação política no Brasil, defendeu a organização das mulheres para a disputa nas eleições de outubro: “Precisamos capacitar nossas lideranças, porque esse ano sendo eleitoral, nós, mulheres, temos que nos colocarmos como candidatas, preenchermos todos os espaços do Legislativo ao Executivo e fazer valer os nossos direitos que já temos legalmente adquiridos. Por isso, devemos fortalecer nossas candidatas”, conclamou a parlamentar carioca.

Em vídeo gravado nas redes sociais, Lucimar Nascimento, secretária estadual de mulheres do PT-GO, pediu unidade entre as companheiras para fortalecer a luta das mulheres: “Precisamos estar juntas para combater o feminicídio e todo tipo de violência que estamos sofrendo cada vez mais. Vamos juntas fortalecer a luta das mulheres.”

E Priscila Kelly Silva, Secretária estadual da Paraíba, ressaltou a importância da ocupação das ruas pelas mulheres: “Neste 8 de março estamos nas ruas em defesa da democracia, lutando contra a anistia e a misoginia. Vamos juntas lutar e defender os nossos direitos e o nosso país.”



Ricardo Stuckert/PR

“NUNCA SE CONTENTEM COM O QUE JÁ CONQUISTARAM”, PEDE LULA ÀS MULHERES BRASILEIRAS

Em almoço especial de comemoração do Dia Internacional da Mulher, Lula falou sobre conquistas, desafios e lançou pacote de ações para as brasileiras

Durante um almoço especial, em celebração ao Dia Internacional da Mulher, 8 de março, o presidente Lula celebrou os avanços na construção de políticas públicas pelos direitos das mulheres e lançou um pacote de políticas públicas voltadas às brasileiras.

O anúncio aconteceu durante um almoço especial na Tia Zélia, restaurante favorito do presidente, em Brasília. O encontro contou com a presença do presidente Lula, da primeira-dama, Janja

da Silva, da ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, e de servidoras do governo federal.

Durante o evento, Lula falou sobre a democracia e comemorou as conquistas históricas no Brasil, mas reforçou que as mulheres não podem se contentar e seguir na luta por mais direitos.

“Eu sempre digo o seguinte: nunca se contentem com o que já conquistaram. O que conquistaram é bom a gente reconhecer a conquista, mas é uma coisa que instiga a gente a querer mais, instiga a gente a exigir um pouco mais”.

Mudanças na sociedade

O presidente também destacou a importância de não apenas investir em mudanças na Constituição, mas sim na sociedade, na cabeça de todos os cidadãos e cidadãs do país.

“Mesmo que, pela lei, seja tudo igual, no dia a dia, as mulheres aprenderam a sair para o mundo, mas nós homens não aprendemos a ir para cozinha, lavar roupa, cuidar das crianças que elas cuidam. A gente ainda não compartilha nosso companheirismo com as nossas com-



ENCONTRO Presidente da República participa de almoço alusivo ao Dia Internacional das Mulheres, em Brasília

panheiras. As conquistas democráticas são recentes, então as conquistas das mulheres são mais recentes ainda. O contencioso histórico com as mulheres é milenar e não basta mudar a Constituição, é preciso incutir na cabeça das pessoas”, disse Lula.

Pacote de ações

O pacote lançado neste Dia Internacional da Mulher reforça políticas para enfrentamento a violências (físicas, morais e políticas) e amplia ações para promoção da autonomia econômica e da participação das mulheres em espaços de poder.

As ações envolvem o enfrentamento à violência, em espaços de poder e decisão, autonomia econômica, empreendedorismo, saúde e combate à misoginia. Confira abaixo:

Enfrentamento à violência

- Inauguração da Casa da Mulher Brasileira de Teresina (PI) nesta sexta-feira (08/03). No dia 26 de março será inaugurada a segunda Casa do mês, em Ananindeua (PA). Para o segundo semestre estão previstas unidades

em Palmas (TO), Macapá (AP), Vila Velha (ES), Aracaju (SE) e Goiânia (GO).

- Nesta sexta, será inaugurado o Centro de Referência da Mulher Brasileira de Jataí, em Goiás. Na próxima segunda-feira (11/03) ocorre o lançamento em Cidade Ocidental (GO). A previsão é que sejam inaugurados 13 novos Centros ainda em 2024. As demais unidades são em Santo Antônio do Descoberto (GO), Tubarão (SC), Guarapuava (PR), São Raimundo Nonato (PI), Francisco Beltrão (PR), Recanto das Emas (DF), São Sebastião (DF), Sobradinho II (DF), Águas Lindas de Goiás (GO), Cuiabá (MT) e Sol Nascente (DF).

- Investimento em tornezeiras eletrônicas: o Ministério das Mulheres vai destinar R\$ 10 milhões para apoiar os estados com a aquisição de tornezeiras eletrônicas. A ação ocorre no âmbito da Lei Maria da Penha e protege as mulheres de seus agressores. O valor se soma aos R\$ 3,9 milhões já liberados, por edital, para nove estados: Maranhão, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Acre, Bahia, Tocantins, Amazonas, Piauí e Alagoas.

- Mulheres da Paz: programa visa a formação de lideranças para o enfrentamento à violência de gênero e à misoginia, desenvolvido como parte do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). A iniciativa conta com um repasse de R\$ 10 milhões do Ministério das Mulheres e investimentos de R\$ 20 milhões do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

- No dia 19 de março, será lançado o Plano Nacional de Ações do Pacto Nacional de Prevenção aos Femicídios. O pacto foi instituído em agosto de 2023, com o objetivo de prevenir todas as formas de discriminação, misoginia e violência de gênero contra mulheres e meninas, por meio da implementação de ações governamentais.

- Programa Mulheres Indígenas Tecendo o Bem Viver: Os ministérios da Mulher e dos Povos Indígenas assinaram portaria conjunta que institui o Programa Mulheres Indígenas Tecendo o Bem Viver. A publicação foi feita no Diário Oficial da União desta sexta-feira (08/03). Entre os objetivos estão fomentar iniciativas socioeconômicas promovidas por coletivos de mulheres indígenas, incentivar o protagonismo das mulheres indígenas e suas organizações e fortalecer as redes de proteção e ação coletiva, visando a promoção, a garantia de direitos e a prevenção às violências.

Espaços de poder e decisão

- Lançamento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Política contra as Mulheres e assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com TSE, PGE, MPF e CNJ para o estabelecimento de um protocolo de atendimento para mulheres que sofrem violência política, em 27 de março;

- Edital de estruturação de secretarias das Mulheres estaduais e distrital. O valor total será de R\$ 3 milhões, sendo R\$ 2,1 milhões para investimento, e R\$ 900 mil para custeio, para celebração de termo de convênio com o Ministério das Mulheres;

- Edital de apoio a projetos de formação política para mulheres: com R\$ 4 milhões de investimento, iniciativa visa aumentar a participação das mulheres em espaços de poder e decisão. Com o nome "Igualdade de Decisão e Poder para Mulheres", o edital será lançado este mês e terá como foco projetos de organizações da sociedade civil.

Autonomia econômica

- Programa Asas pro Futuro: com o intuito de ampliar a participação de jovens mulheres de periferia em setores de tecnologia, energia, infraestrutura, logística, transportes, ciência e inovação, com ênfase em carreiras voltadas para a sustentabilidade socioeconômica. A iniciativa visa beneficiar mulheres jovens de 15 a 29 anos em situação de vulnerabilidade social, preferencialmente mulheres negras e indígenas. Estão previstos investimentos de R\$ 10 milhões para o programa e cerca de 20 mil mulheres jovens atendidas por ano. A ação é uma parceria com a Secretaria-Geral da Presidência da República e conta com o apoio da Caixa Econômica Federal.

- Empodera Mulheres na TI: acordo de cooperação com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) com investimento social no valor de R\$ 500 mil. Iniciativa irá atender cerca de 500 mulheres.

- Programa Energia Mais Mulher: Programa Energia Mais Mulher: iniciativa em parceria com o Ministério de Minas e Energia tem como objetivo alavancar a carreira de mulheres do setor

energético; e incentivar o ingresso de mulheres jovens. O acordo prevê reserva de 30% em cursos de qualificação profissional e 50% em formação social para mulheres jovens nas parcerias do MME.

- Elas Exportam: Acordo de cooperação com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), que vai reservar vagas no setor de exportação e na área de comércio exterior para mulheres.

- Parcerias em editais com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para apoiar projetos que estimulem o ingresso, a formação e a permanência de meninas e mulheres nas Ciências Exatas, Engenharias e na Computação.

- Atualmente, o Ministério das Mulheres em parceria com o Instituto Federal de São Paulo desenvolve um projeto-piloto na região da Alta Paulista, no estado de São Paulo, chamado "Elas nas Exatas", que visa incentivar jovens estudantes de escolas públicas a ingressar nas carreiras STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática). O piloto vai atender cerca de 500 jovens. A parceria foi assinada em dezembro do ano passado e começa a ser executada em abril deste ano.

Empreendedorismo

Para as mulheres empreendedoras, o Ministério das Mulheres em parceria com o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMEP) vão lançar a Estratégia Elas Empreendem, uma política pública elaborada para o fortalecimento do empreendedorismo feminino como instrumento de desenvolvimento econômico e social do país.

Com foco no microempreendedorismo, a estratégia prevê ações para ampliação do acesso a crédito, educação financeira,

acesso a mercado, tecnologia e inovação, maternidade, diversidade e vulnerabilidade, por meio de integração de políticas públicas e participação de entidades da sociedade civil para que as iniciativas cheguem até a ponta.

Aliado a essa estratégia, o Ministério das Mulheres ainda celebra uma parceria com o Sebrae focada no fortalecimento das mulheres empreendedoras, concretizando ações estratégicas para a alavancagem do setor no país.

Saúde

- Teste de rastreio de câncer de colo de útero: o piloto desse programa ocorreu em Recife, Pernambuco, em 2023, e agora será anunciada a expansão nacional, que deverá ter início em agosto de 2024.

- O Ministério da Saúde também anunciará a testagem molecular nacional de HPV a começar no mês de agosto deste ano.

Instalação de Fóruns para apoios às mulheres:

- do Hip Hop;
- Pescadoras;
- Quilombolas;

- E enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas.

Brasil sem misoginia

No dia 20 de março, o Sebrae adere à iniciativa Brasil sem Misoginia, junto de outras parcerias em conjunto ligadas ao fortalecimento do empreendedorismo feminino. Na mesma data, o Ministério das Mulheres assina um Acordo de Cooperação Técnica com os Correios que visa promover campanhas de utilidade pública sobre o enfrentamento à misoginia para o público interno e externo da empresa e formação sobre o tema do enfrentamento às violências contra as mulheres.

Com informações do Planalto no rodapé

“QUERO DEIXAR UM LEGADO DE DIVERSIDADE PARA TODAS AS INSTÂNCIAS DO BANCO DO BRASIL, INCLUINDO DIVERSIDADE DE CONHECIMENTO E CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE VALOR”

O dia 16 de janeiro de 2023 nasceu histórico para o Banco do Brasil, afirmou a instituição ao anunciar o nome de Tarciana Medeiros como a nova presidente do banco estatal, a primeira mulher em seus dois séculos – o BB levou mais de um século, por exemplo para ter a primeira funcionária mulher.

Fernanda Otero

Fiel às suas origens em Campina Grande, na Paraíba, e aos ensinamentos de sua avó, Tarciana descreve com naturalidade como encara a rotina de trabalho. "Eu sempre soube que poderia fazer isso, sabia que seria capaz de gerir o banco de forma inovadora e com impacto no mercado." À frente do Banco do Brasil, o impacto de sua gestão fez o valor da ação saltar de R\$ 35 a R\$ 59, uma valorização de quase 80%.

Com presença ativa nas redes sociais, Tarciana é destaque naquela que une profissionais e corporações, o LinkedIn: é chamada por lá de “top voices”,

ou seja, tem o selo que garante qualidade no conteúdo e grande alcance de leitores e leitoras daquilo que ela escreve e compartilha com seus seguidores. É formada em Administração de Empresas, com pós-graduações em Administração e Marketing, e em Liderança, Inovação e Gestão.

Na política, se considera uma mulher de esquerda, e acrescenta que isso não entra em conflito com sua posição. "Eu não sou presidenta, estou na presidência do Banco. Tenho plena consciência disso e entendo a responsabilidade de ocupar esse espaço, assim como as consequências de agir de forma inconsequen-

te nessa posição. É crucial abordar o capital e a ‘revolução’ com equilíbrio”.

- O que mudou na sua vida neste ano? Quais foram os resultados positivos dessa experiência depois de um ano nessa função?

- Primeiro, quero agradecer por essa pergunta, pois ela é realmente interessante. O que mudou na minha vida foi a própria vida. Mudou tudo. A única coisa que não mudou foi o cuidado, o carinho e a dedicação que tenho pelo banco. Isso permaneceu inalterado. Mas a vida, de fato, mudou muito. Nesses 14 meses o saldo foi completamente posi-



tivo. Conseguimos implementar um modelo de gestão no Banco com muito cuidado sobre como fazer as coisas. Desde que assumi, sempre disse com muita tranquilidade: o Banco do Brasil é uma empresa muito disciplinada na execução de sua estratégia corporativa. Nossa estratégia é desenvolvida de forma colegiada, com muitas áreas do banco envolvidas para que possamos colocá-la em prática. E ela é sempre de longo prazo. Portanto, o processo de revisão e ajuste da estratégia possui um modelo, um modo de operar que já estamos acostumados há muito tempo. Para nós, executar a estratégia corporativa do banco é o padrão, é dado. Mas a maneira como executamos essa estratégia fala muito sobre a gestão do banco. Então, eu diria que o saldo é totalmente positivo.

Só para dar uma noção desse saldo positivo, quando fui anunciada como presidenta do banco, quando meu nome foi divulgado, no dia seguinte as ações diminuíram de valor. Passaram a valer, se não me engano, R\$ 35,61. E no dia 16 de janeiro, quando tomei posse efetivamente, o mercado reagiu negativamente, as ações do Banco caíram porque era o dia da minha posse. Naquele dia, eu passei uma mensagem muito clara, mas com muita tranquilidade. Falei que o Banco do Brasil apresentaria um resultado financeiro condizente com uma empresa do seu porte, mas que também entregaríamos nossa justa contribuição à sociedade. Que conseguiríamos conciliar uma atuação comercial robusta com uma atuação social responsável.

Esse “combo” vem no senti-

do de trabalhar intensamente o banco comercial, que é meu conhecimento há 24 anos aqui. Conheço o potencial do banco não apenas para gerar resultados, mas também para transformar vidas, promover inclusão e executar políticas públicas de maneira eficiente. Então, o resultado foi extraordinariamente positivo. Comentei sobre o valor da ação porque, no dia 16 de janeiro, estava por volta de R\$ 35,61 e, em 19 de fevereiro, alcançamos o patamar histórico da ação a R\$ 59,91. Então, em um ano, o Banco do Brasil valorizou quase 80%. É uma empresa que valia R\$ 85 bilhões no dia da minha posse e hoje está avaliada em R\$ 136 bilhões. E já há expectativas do mercado, com análises financeiras projetando o preço da ação do Banco do Brasil em R\$ 78,00. É extremamente gratificante ver

que implementar essa estratégia de forma séria é importante, mas mais do que isso, é poder falar do banco, dessa empresa de tamanho significativo para o mercado, e nunca deixar de cumprir nosso papel enquanto empresa que carrega o Brasil no nome. Sempre tive muito orgulho disso, de trabalhar num banco que é do Brasil. Então, o saldo é completamente positivo. Conseguimos, de fato, cumprir com a missão e o propósito do banco de maneira muito plena e afetiva.

- Como você reagiu ao receber a notícia de que foi eleita pela Forbes uma das mulheres mais influentes do mundo, sendo a única brasileira indicada e uma das melhores CEOs do Brasil?

- Então, desde o início, sempre soube que era capaz de gerir este banco de forma diferente, causando impacto no mercado. Nunca tive ou fingi ter falsa modéstia, sabe? Sempre reconheci minha capacidade. No entanto, devo dizer que a notícia foi surpreendente. Ao ver aquela lista, com mulheres das quais me inspiro, como a presidente do Banco Central Europeu e outras líderes de mercado notáveis, foi uma revelação. Ali estavam pessoas que eu precisava estudar e acompanhar, todas na mesma lista em que fui inclusa. Inicialmente foi uma surpresa, mas depois percebi a lacuna de gestão feminina que eu preenchi. Te digo que temos gestoras brasileiras com potencial para estarem ranqueadas de primeiro a centésimo lugar na lista da Forbes. Quanto mais oportunidades criarmos e líderes mulheres trouxermos, mais a lista será povoada por brasileiras. Recebi a notícia com surpresa. Pessoalmente, aumentou minha responsabilidade, meu compromisso comigo mesma, em relação ao

que sei que posso realizar e ainda posso fazer mais. Não posso "deixar a peteca cair", e devo colocar em execução tudo o que planejamos. Portanto, a inclusão na lista foi uma surpresa, mas nunca duvidei da minha capacidade de estar lá. Foi um grande orgulho e felicidade representar o país como a única mulher listada pela Forbes. Foi um momento de reconhecimento de uma vida

**NUNCA TIVE OU
FINGI TER FALSA
MODÉSTIA,
SABE? SEMPRE
RECONHECI MINHA
CAPACIDADE**

inteira de trabalho e muita dedicação. Estou muito feliz e orgulhosa por ser reconhecida como uma das melhores CEO do mercado.

Desde o convite feito pelo presidente Lula, quando me propus a aceitar e estar CEO do Banco do Brasil, sabia que eu entrava para ser uma das melhores CEO do mercado, não aceitaria

menos do que isso. Minha avó costumava dizer algo bastante interessante quando eu celebrava uma nota que ficava na média: "se a média da escola é sete, ou você precisa ou tirar muito baixo de sete para pedir ajuda, ou precisa tirar muito acima de sete. Porque em sete ninguém vai te enxergar nunca. Ficar na média não destaca ninguém". Ela usava o exemplo da Zebrinha que um programa de domingo exibia para apresentar os resultados do campeonato brasileiro. E continuava "ou faz um grande resultado ou perde de lavada para ser notado. No meio, ninguém vê. Porque não tem chance alguma, nem de ganhar, nem de perder. Quem não perde, nunca aprende. Quem não ganha, nunca é visto. Então, nunca fique na média da tabela." Fui sempre muito atenta a isso. Quando aceitei o convite do presidente Lula, meu compromisso já era me tornar uma das melhores CEOs do mercado, um objetivo que já tinha em mente. No entanto, jamais esperava estar na lista da Forbes.

- Como você concilia todas as inúmeras tarefas impostas à melhor CEO do Brasil com os pormenores das atividades da empresa? Você consegue, por exemplo, acompanhar o departamento de Marketing do Banco e ainda tem tempo para se envolver tão profundamente em questões específicas, como a comunicação com o mercado e a sociedade?

- Sim. Na verdade, a diretoria de Marketing, a diretoria Jurídica, a unidade de Governança e a diretoria de Estratégia Organizacional estão diretamente ligadas a mim. Por isso, acompanho de perto todas essas áreas. Lembra quando mencionei no início que não tenho falsa modéstia? Em muitas entrevistas ao longo da minha vida, me perguntavam



qual era minha principal qualidade. Sempre respondi que sou capaz de montar equipes eficazes. Como as contratações no banco são feitas por concurso público, não posso escolher com quem trabalhar, consequentemente, eu, com dois anos no banco, assumi a minha primeira gerência, já são 24 anos de gestão, dos quais 22 como gestora no banco.

Uma habilidade que desenvolvi durante todos esses anos, que acredito ter trazido um pouco da minha experiência de vida, foi a capacidade de formar, cuidar e liderar equipes de alta performance. Todas as equipes com as quais trabalhei sempre demonstraram excelência. Essa excelência vem do entendimento das características individuais de cada pessoa, possibilitando que entreguem o seu melhor. Superman é conhecido por sua força, mas sabemos que existe uma fraqueza, a criptonita, ela está lá para sabermos que ela existe. Conhecemos a Mulher Maravilha por sua invencibilidade, ela não é conhecida com a mulher tímida escondida atrás da roupa, é conhecida por sua fortaleza. Busco ver a força de cada pessoa e di-

recioná-la para onde possa trazer os melhores resultados. Desde o primeiro dia, organizei minha equipe e gestores, conhecendo-os muito bem. Trabalhei com praticamente todo o conselho diretor e toda a diretoria executiva. Essa familiaridade me permite alocá-los nos lugares onde sei que podem maximizar os resultados para o banco. Isso me proporciona confiança e me permite acompanhar de perto as áreas mais sensíveis, como o Marketing, minha área de formação, pois eu trabalhava anteriormente na diretoria de clientes, cuidando da comunicação banco-cliente. Por isso, acompanho de perto o posicionamento mercadológico do banco, garantindo que se alinhe à estratégia corporativa. Participo desde o início até o fim na governança e aprovação dos planos de marketing, assegurando que a mensagem transmitida seja coerente com nossos objetivos corporativos. Dentro de toda a estratégia de marketing, que é bastante ampla, tenho a preocupação de garantir que nossa comunicação esteja em conformidade com o que nos propomos a realizar.

- No seu perfil do Instagram, você se apresenta como embaixadora do ODS-10, os Objetivos de desenvolvimento sustentável para reduzir as desigualdades. Como você está combinando essas duas coisas?

- Na verdade, essas duas coisas se confundem para mim, elas não concorrem, não são concorrentes. Elas são parte da missão de gestão do Banco do Brasil, de gerir o Banco do Brasil. E eu te diria que é uma parte importante para permanecer sendo uma das melhores CEOs do Brasil. Eu tenho tido muito cuidado de levar este Banco do Brasil, que é o banco mais sustentável do mundo, que é uma empresa em que tratamos as questões de diversidade de forma muito séria, como representante do ODS-10, com o principal compromisso voltado para a redução da desigualdade e inclusão, tenho viajado pelo mundo levando a imagem desta empresa que atua de forma tão engajada em nosso país. Buscamos investimentos que nos permitam distribuir crédito e investir de forma responsável em projetos que promovam mais

inclusão, equidade, redução das desigualdades e combate à fome. O que me faz gostar tanto do ODS-10 é sua transversalidade. Você acaba, quando age, implementando iniciativas que eu chamo de acabativas. Implementa acabativas que reduzem a desigualdade e contribuimos de forma abrangente para outros ODSs e objetivos.

No ano passado, participei de pelo menos quatro missões. Fui a Nova York, uma das missões mais significativas para mim, durante a Assembleia Geral da ONU, onde o Pacto Global do Brasil organizou agendas paralelas para tratar de diversos temas com organismos bilaterais e investidores de todo o mundo. Tive a oportunidade de apresentar o modelo de gestão do Banco e nossas iniciativas para o mundo. Durante essa visita, também realizamos reuniões com investidores e clientes brasileiros em Nova York. A ação mais marcante foi o manifesto em prol da Amazônia, lançado na Times Square, sendo a primeira vez que um banco brasileiro ocupou esse espaço para falar de Brasil.

Então, falar desse Brasil, que tem muito potencial, que não é o país do futuro, é o país de agora: o banco está gerando resultado e gerando riqueza para o mundo agora e o país para receber os investimentos do mundo nesse momento: um país com uma economia dinâmica, população produtiva com potencial para desenvolvimento, enquanto combatemos as desigualdades, é uma missão diária minha. É um propósito que sigo obstinadamente. Nada melhor do que esse momento em que estou gerindo o banco mais sustentável do mundo, com práticas sólidas de governança. As práticas de sustentabilidade ambiental, social e de governança corporativa são parte intrínseca do Banco do

Brasil, a qual está em total correlação com a agenda para um mundo mais sustentável. Participar dessas agendas tem sido fundamental.

- Queria que você comentasse um pouco sobre o inquérito do Ministério Público Federal sobre o comportamento do banco no período do Brasil escravagista, uma questão muito importante

PARTICIPO DESDE O INÍCIO ATÉ O FIM NA GOVERNANÇA E APROVAÇÃO DOS PLANOS DE MARKETING

para a sociedade brasileira.

- Sobre o inquérito, estamos atendendo aos pedidos feitos pelo Ministério Público e colaborando de forma ativa para tratar de um tema de extrema relevância. Vejo essa questão como uma discussão que envolve a sociedade como um todo, não apenas o Banco do Brasil exclusivamente. Estar CEO do Banco neste mo-

mento, vejo como uma oportunidade de trazer esse assunto para a sociedade brasileira. Estamos à disposição do MPF, participando de audiências e divulgando as ações do banco nesse contexto. No entanto, a questão vai além. Desde o primeiro dia de minha gestão, a diversidade, em seu sentido mais amplo, tem sido uma prática diária.

No ano passado, antes mesmo do inquérito e das discussões sobre ele, o Banco do Brasil já havia assinado como embaixador do Pacto Global a iniciativa "Raça é Prioridade", pois para nós, a questão da raça é prioritária. Ao assumir o cargo, por exemplo, não tínhamos nenhum CEO negro em nenhuma de nossas empresas. Foi assim que buscamos e nomeamos o primeiro CEO negro da BBAset na história do banco. Temos várias iniciativas para promover a diversidade racial e de gênero dentro do banco, e no dia internacional da mulher nomeamos a primeira mulher negra como superintendente estadual.

Lançamos um programa para inclusão e aceleração do processo de lideranças negras, reconhecendo a necessidade de agir rapidamente e nomear líderes negros para atingir níveis aceitáveis de diversidade. Sabemos que a população negra e parda representa cerca de 70% da população brasileira. No entanto, essa representatividade não se reflete nos cargos de liderança e gestão das empresas. Buscar priorizar a diversidade racial em nossas relações com fornecedores, clientes e internamente no banco, junto com a nomeação de líderes negros, é um processo contínuo que iniciamos desde o primeiro dia de nossa gestão. Implementar ações que abordem a igualdade racial com seriedade tem sido uma prioridade desde o primeiro dia de nossa gestão.

Em relação ao inquérito, vejo como um momento crucial de debate na sociedade. Estamos à disposição e trabalhamos em estreita colaboração com o Ministério da Igualdade Racial e com o Ministério dos Direitos Humanos e no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o Conselhão, criamos um grupo de trabalho com líderes de movimentos negros de todo o país para discutir e desenvolver ações inclusivas.

Mas tinha uma coisa que sempre me deixou muito ansiosa, um debate que é muito importante e precisa ser feito pela sociedade: o que é reparação? Ao tratar das questões que eu chamo de acabativas, eu tenho muita ansiedade de ações concretas. Desde o ano passado, estivemos em discussões com o Conselho Nacional de Justiça sobre um programa chamado "Novos Caminhos". e firmamos um acordo de cooperação técnica para priorizar jovens que foram adotados ou criados pelo Estado e que, ao atingirem a maioridade, enfrentam dificuldades de empregabilidade. Esse programa terá um foco especial em jovens negras. Em parceria com o Ministério da Igualdade Racial, estamos implementando programas como Menor Aprendiz e Educação para Inclusão de Mulheres Negras e Lideranças Negras. Com a Fundação Banco do Brasil, lançamos um edital de empreendedorismo feminino voltado para mulheres negras. Reconhecemos a importância da inclusão, independentemente de qualquer chamado para o Banco. Sabemos da necessidade e temos um planejamento sólido nesse sentido. Estamos fiéis à execução desse plano e nunca desviamos o foco.

Atualmente, temos uma exposição inédita no Centro Cultural do Bando do Brasil de São Paulo, com obras de 61 artistas

negros ocupando os cinco andares do centro. Quando estou no aeroporto, tenho contato com os clientes, o que se torna um momento bem interessante para mim. Em uma dessas interações, ouvi de um cliente que ele jamais tinha ido ao CCBB, e que essa exposição, o levou até lá. Trazer exposições como essa para o CCBB de São Paulo e envolver jovens da periferia é muito significativo.

A DIVERSIDADE, EM SEU SENTIDO MAIS AMPLO, TEM SIDO UMA PRÁTICA DIÁRIA

Os artistas negros têm um grande valor para nossa cultura, que é profundamente negra. Ver esse espaço de representação é muito importante.

No esporte, investimos em atletas como Isaquias Queiroz, Canoísta negro da Bahia. Também patrocinamos a Rayssa Leal, representante inspiradora para jovens no Nordeste. Investimos

nesses atletas não apenas por suas competências, mas por servirem de espelho para outros. No mercado de tecnologia, o Movimento de Mulheres na TI, na área de Tecnologia da Informação, uma iniciativa muito inclusiva, desafiando a predominância masculina nesse mercado. Ao promover mulheres negras na tecnologia, buscamos ampliar a presença delas no setor financeiro. O Banco do Brasil é hoje uma referência para outras empresas interessadas em entender práticas inclusivas, que acaba nos procurando para adquirir este modelo.

Então, para além de qualquer questão ou pedido formal direcionado ao banco para que se posicione ou responda a alguma situação relativa a processos ou algo do tipo, reconhecemos a necessidade e a responsabilidade que o banco, como uma empresa que leva o nome do Brasil, e como um dos maiores do sistema financeiro, tem. Nossa presença se estende a praticamente todos os municípios brasileiros, o que nos confere um poder significativo de transformação, influência e educação. Dessa forma, acredito que temos desempenhado esse papel de maneira positiva.

- Como é que a sua gestão está atuando para promoção e desenvolvimento sustentável e inclusão financeira nas regiões menos desenvolvidas do país?

- Temos trabalhado bastante em prol do desenvolvimento humano, da inclusão financeira. Nesse sentido, trabalhar a tecnologia em favor do aspecto econômico é fundamental, pois isso gera retorno financeiro. Como somos um banco, trabalhamos para o retorno financeiro. Trazer uma abordagem diversificada para todos os negócios do banco resulta em sucesso, há uma



variedade de perspectivas consideradas desde o início. Estamos focados no desenvolvimento de modelos analíticos que compreendam as particularidades de cada região e as demandas de cada comunidade local. Por exemplo, hoje somos capazes de identificar que tipo de crédito é mais demandado em um estado do norte em comparação com um estado do centro-oeste. Trabalho nessa perspectiva: entregar um banco para cada cliente, levando em consideração as necessidades locais para impulsionar o desenvolvimento. Ao abordar o desenvolvimento sustentável, especialmente por meio do crédito, que é um dos maiores vetores de atuação do Banco do Brasil, enfatizo a importância da sustentabilidade desse crédito.

Historicamente, nossos índices de inadimplência são significativamente inferiores aos do mercado. A concessão de crédito é um foco forte, especialmente para micro e pequenas empresas. No ano passado, atingimos um marco histórico de R\$ 101

bilhões em crédito direcionado a micro e pequenas empresas, beneficiando um total de 282 mil empresas. Estas micro e pequenas empresas são distribuídas por todo o país, o que torna nosso crédito mais sustentável e acessível. A pulverização do crédito nacionalmente, por si só, já é uma abordagem mais sustentável.

Além disso, ao distribuir o crédito de forma pulverizada, favorecemos mais empregos em diversas regiões do país, o que contribui para a preservação de pelo menos 4 milhões de empregos. A concessão responsável de crédito considerando a diversidade de regiões é essencial para ampliar o impacto social. Um dado relevante é que das empresas que receberam crédito, 111 mil são dirigidas por mulheres. A inadimplência é menor, a rotatividade de funcionários é menor e a relação com as empresas é duradoura, resultando em um aumento nos limites de crédito conforme o rating dessas empresas, numa tendência positiva. A concessão responsável de crédito

envolve um profundo conhecimento das diversas regiões do país, considerando que estamos presentes em todos os municípios brasileiros.

- Queria que você comentasse os projetos mais importantes no sentido de atender os objetivos do atual governo federal e também se você já tem os resultados do Desenrola BB.

- Eu diria que, dentre todos os programas, o que mais se destaca é o Pronaf, no qual o Banco participa, pois 80% dos alimentos que chegam à mesa do brasileiro provêm de pequenos produtores, da agricultura familiar. Portanto, essa atuação conjunta do governo e do Banco na agricultura familiar faz muita diferença e eu afirmaria que é nossa principal atuação dentre os programas do governo, sendo também a principal atuação do Banco. Existem outros programas nos quais atuamos de forma muito presente e próxima. Pronamp, o programa de renegociação e crédito para micro e pequenas empresas, médias em-

presas, também são programas nos quais o Banco atua de forma muito presente. Quanto aos fundos e à gestão dos fundos governamentais, destacamos o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, FCO, que tem um impacto significativo para colocar crédito no Centro-Oeste.

Também buscamos atuar junto ao governo em todos os programas que são lançados. Alguns programas não conseguimos participar, visto que também temos parceiros como a Caixa Econômica, o BNDES, o Banco do Nordeste, o BASA, mas é importante que eles também tenham espaço. O governo federal é o maior cliente do Banco do Brasil e nosso maior parceiro, é justo trabalharmos juntos.

Em relação ao Desenrola, eu diria que é o maior programa de devolução da dignidade financeira já realizado no país. Embora o programa tenha uma data formal de encerramento até o final de março, seu legado de resolver dívidas de forma rápida e assertiva para o mercado permanece. Independente da prorrogação do programa, para o Banco do Brasil, o Desenrola foi um sucesso total. Renegociamos um total de R\$ 23,8 bilhões, ampliamos a visão com o Desenrola BB, gerando um movimento significativo de renegociação de dívidas. O programa possibilitou um aumento de cerca de 200% na média de renegociações de dívidas, com muitas dívidas sendo pagas à vista. Além disso, atendemos também o público que não estava abrangido pelas normas do programa, como micro e pequenas empresas, dívidas mensais e de crédito imobiliário.

Agora, tem um verbo que é o desenrolar. A pessoa procura os bancos para desenrolar. Eles ligam nas operadoras e dizem: "Olha, eu quero desenrolar. Como faz?" e já sabemos que é

para renegociar uma dívida. Se essa pessoa cabe no programa, levamos as condições do Faixa 1 e do Faixa 2, mas se não está previsto no programa, ajudamos a desenrolar do mesmo jeito. Neste sentido, para nós, foi um sucesso, negociamos dívida de mais de um milhão de clientes.

Um programa que foi desenvolvido ouvindo todos os atores do mercado financeiro, todo

O BANCO DO BRASIL É HOJE UMA REFERÊNCIA PARA OUTRAS EMPRESAS INTERESSADAS EM ENTENDER PRÁTICAS INCLUSIVAS

o mundo foi ouvido, o mercado foi ouvido, o mercado foi convidado a participar, o mercado aderiu ao Desenrola. E eu acredito que ele deixa esse legado: se o mercado trabalha junto, conseguimos implementar soluções que beneficiam toda a sociedade, inclusive os bancos. A relevância do programa é destacada quan-

do observamos a quantidade de pessoas e empresas que renegociaram suas dívidas, retornando ao mercado financeiro com dignidade e possibilitando o crescimento econômico.

- O que a Tarciana quer deixar como legado da primeira mulher presidindo o Banco do Brasil?

- Eu diria que o grande legado que pretendo deixar e que já está em fase avançada de construção é que o Banco tenha na gestão, de fato, a mesma diversidade que ele possui em sua composição. O objetivo é trazer essa diversidade para todas as instâncias do Banco, de maneira ampla, além de cor, raça, gênero e etnia, incluindo também diversidade de conhecimento e capacidade de geração de valor. Além disso, aproveitando nossa presença em todo o país, buscamos refletir a diversidade regional, o Banco do Brasil é uma das poucas empresas que reflete verdadeiramente a diversidade do país, sendo um espelho da sociedade brasileira.

Assim, o legado que desejo deixar no banco é que a gestão reflita a diversidade do país, levando em consideração não apenas questões corriqueiras, mas também uma variedade de fontes de resultado. O Banco do Brasil possui inúmeras possibilidades de diversidade em suas fontes de resultado, não se limitando apenas a gerar riqueza financeira, mas também desenvolvimento social e sustentável. Quero que o mundo reconheça o papel significativo do banco, percebendo-o como um parceiro diverso que espelha a sociedade brasileira e que orgulha o país. Desejo que a sociedade possa enxergar no Banco do Brasil não apenas uma instituição bancária, mas uma empresa que leva o país para o mundo, sendo um reflexo positivo e exemplar da diversidade e potencial do Brasil.



8 DE MARÇO E AS LUTAS DAS MULHERES NO BRASIL E NO MUNDO

É tempo de comemorar conquistas, de reafirmar as pautas de luta, relembrar sua origem e dialogar com as mulheres de todo o mundo, manifestando solidariedade. A da histórica deste mês simboliza a busca por uma sociedade mais justa e igualitária

Eleonora Menicucci de Oliveira

8 DE MARÇO abre o calendário de lutas das mulheres brasileiras, e este é um ano decisivo para as mulheres e para todos os movimentos populares no Brasil. Um ano de lutas, onde

continuaremos a dizer não ao neoliberalismo, ao autoritarismo, ao negacionismo e também qual e como é o país que queremos viver. É fundamental, nesta disputa, termos um governo pautado por outro projeto de país. Quando elegemos Lula Presidente foi para construirmos um governo que se apoie em um

projeto popular, feminista, antirracista e totalmente voltado para a classe trabalhadora e camadas populares.

Este é o maior desafio dos movimentos de mulheres e feministas, posto que o cenário tem demonstrado um governo de alianças muito amplas e de "pacificação nacional", mas continua-



Fernando Frazão/Agência Brasil

remos pressionando com nossas pautas.

As mulheres, organizadas nos movimentos feministas, nos movimentos populares, tem sido as principais protagonistas das lutas de resistência à barbárie dos tempos pós golpe de 2016 que tirou da Presidência a primeira mulher eleita e reeleita - Dilma Rousseff- sem nenhum crime de responsabilidade fiscal; nossa resistência continua como na luta contra a ditadura militar, nos anos 1964 - 1978.

Se posicionam firmemente contra o atual modelo neoliberal, uma fase do capitalismo patriarcal e racista. Em 2015, a Marcha das Margaridas já denunciava a ameaça do golpe burguês, capitalista e misógino que a primeira presidenta mulher eleita no Brasil, Dilma Rousseff, viria a sofrer em 2016. O golpe foi e segue como uma ameaça à democracia e à vida das mulheres, contra o qual seguem em luta.

As mulheres se posicionaram contra a eleição do Bolsonaro, fizeram uma forte manifestação naquele ELE NÃO, pois já percebiam o retrocesso de tudo que haviam conquistado nos governos Lula e Dilma, compreendiam

o caráter retrógrado, conservador e inimigo da classe trabalhadora, das mulheres, das pessoas negras, indígenas e LGBTQIA+.

Esse posicionamento contra o governo, se expressou na votação das mulheres para as eleições 2018 e na de 2022, bem como na rejeição ao governo Bolsonaro, por conhecerem no seu cotidiano o que tem significado o desmonte das políticas públicas para as mulheres, consolidadas pelos governos do Lula e da Dilma.

As mulheres estão na frente das lutas pela liberdade e democracia, contra as desigualdades, contra a guerra, contra as políticas neoliberais, a violência policial que mata seus filhos, o racismo e o genocídio dos povos negros e indígenas, nas comunidades defendendo seus territórios e modos de vida. Defendem a autonomia sobre seus corpos, exigem uma vida sem violência e sem feminicídios.

Neste 8 de Março no Brasil estaremos juntas com as feministas francesas, comemorando a constitucionalização da conquista do direito de interromper uma gravidez indesejada, aprovada pelo governo francês.

E enquanto nossos vizinhos na América Latina avançam nessa pauta, no Brasil o desafio ainda é evitar retrocessos e manter a luta para ampliar conquistas. No Brasil a realização do aborto é permitida apenas em 3 situações: gravidez decorrente de estupro, risco de vida da mulher desde o Código Penal de 1940 e em 2012 o STF aprovou a realização do aborto nos casos de gravidezes de fetos anencéfalos. É importante ressaltar que mesmo nessas situações consideradas legais, temos assistido um enorme retrocesso de diminuição de hospitais do SUS que realizam o procedimento agravada com as dificuldades de acesso. Lembro aqui o criança de 11 anos estupro durante quase toda sua infância pelo pai, do Espírito Santo que mesmo com autorização da mãe nenhum hospital do estado autorizou o procedimento, fazendo-a deslocar para o estado de Pernambuco.

Um dado alarmante é que no Brasil o aborto é a 4 causa de mortalidade materna e a 5 causa de internação no SUS. O que nos escancara a hipocrisia e falta de sensibilidade com a vida das mulheres que o poder público e a sociedade patriarcal tratam a questão do aborto; sem a menor sensibilidade com a vida das mulheres e, pior, as mulheres que morrem em decorrência de um aborto com procedimento mal feito se tornam responsáveis e apenas mais uma estatística.

A principal referência histórica das origens do Dia Internacional das Mulheres é a Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, realizada em 1910, em Copenhague, na Dinamarca, quando Clara Zetkin e outras militantes apresentaram a resolução para instituir oficialmente um Dia Internacional das Mulheres. Nesta resolução não foi definido uma data. É certo que a partir daí,

as comemorações começaram a ter um caráter internacional, expandindo-se pela Europa, a partir da organização e iniciativa das mulheres socialistas. Antes desta resolução, já se comemorava um dia de luta das mulheres, especialmente nos Estados Unidos. Foi somente em 1922, que o dia 8 de Março passou a ser comemorado, unificadamente, e que corresponde ao dia 23 de fevereiro no calendário ortodoxo. É em referência a luta que foi travada pelas mulheres na Cidade de São Petersburgo. Em fevereiro de 1917, as manifestações de mulheres tomaram as ruas. Eram manifestações contra a guerra, a fome, a escassez de alimentos. Ao mesmo tempo, operárias do setor têxtil entraram em greve. Essas manifestações cresceram, envolveram outros grupos e deram início à Revolução Russa.

Nos anos posteriores a 1970 este Dia passou a ser associado erroneamente a um incêndio que ocorreu em Nova Iorque em 1911. O que fica evidenciado, a partir de diversas pesquisas das fontes históricas, é que a referência a uma greve de trabalhadoras americanas, ou a manifestações de mulheres, ou a um incêndio com a morte de um grande número de mulheres como sendo a motivação para a criação de um dia da mulher não aparecem registradas nas diversas fontes pesquisadas no período. Uma das pesquisadoras é Renée Côté, que publicou em 1984, no Canadá, sua instigante pesquisa em busca dos elos perdidos da história do Dia Internacional das Mulheres.

Neste 8 de Março de 2023 as mulheres no Brasil convocam a todas as pessoas e todos os movimentos a lutarem Pela Vida das Mulheres, em defesa da democracia e pela punição para racistas, machistas, transfóbicos, lesbofóbicos e golpistas de 8

Fernando Frazão/Agência Brasil



PRESENTE Mulheres ocupam Centro do Rio e homenageiam Marielle em ato

de janeiro; lutar contra o machismo, combater a fome, lutar contra o racismo e a LGBTQIA+fobia, dando uma resposta as necessidades concretas do nosso povo: comida, terra, água, serviços públicos, direito de existir sem violência. Essas lutas são parte da disputa pelo modelo de sociedade que queremos. Por direitos trabalhistas, legalização do aborto e Sem anistia ao Bolsonaro e todos/todas golpistas.

A luta contra a fome e a pobreza passou a ter lugar de destaque na pauta feminista e dos movimentos de mulheres. Entre 2020 e 2021, primeiro ano da pandemia de Covid-19, a falta de comida saltou de 11, 2% para 19,3% nos lares comandados por mulheres. A maior ocorrência de fome entre famílias tendo as mulheres como responsáveis pode ser explicada, dentre outros fatores, pela diferença de rendimentos que desfavorece as mulheres em relação aos homens.

Entre 2020 e 2021, mais de 6 em cada 10 (63,0%) domicílios tendo as mulheres como responsáveis estavam em algum nível de insegurança alimentar, sendo maior nos domicílios cujos res-

ponsáveis eram pessoas pretas ou pardas.

E surge o conceito de relações de Gênero...

Considero importante um pouco da história da construção do conceito de gênero pelas mulheres feministas, para que se possa compreender o sentido do seu uso como uma categoria útil de análise histórica como nos disse Scott J. (Ávila, M B e Dabat, R C., 1991, SOS Corpo). Dessa maneira, costumamos os elos perdidos da História do Dia Internacional das Mulheres e reafirmamos que as relações de gênero, como as de classe social e de raça são absolutamente estruturantes de uma sociedade realmente democrática sem discriminações.

A democracia clássica, dos direitos naturais não contempla a noção da igualdade entre as e os diferentes, ao contrário, toda sua construção teórica e prática como afirma Rousseau (Pateman, 1992), exclui as mulheres da cidadania, portanto não se pode considerar igualdade sem a maioria da população. Aqui a questão

da igualdade de gênero é fundamental para que a democracia seja ressignificada tanto teórica, como prática. Gênero, raça e classe são, portanto, dimensões estruturantes da democracia.

Ao utilizar o conceito de gênero nesse estudo, resgataremos o percurso teórico-metodológico enquanto categoria de análise, que transversa todos os campos de conhecimento em discussão nessa proposta

E é isso que a diferencia do uso tradicional da variável sexo (frequentemente com uma conotação descritiva) nas pesquisas, ao ser problematizada pelo feminismo quando mostrou que as relações de gênero não são produtos de um destino biológico, mas, antes de tudo, construções que possuem uma base matéria.

Assim, essas pesquisadoras francesas formularam, em termos de divisão sexual do trabalho, um quadro que permitiu conhecer simultaneamente a realidade e, não mais os estereótipos do trabalho feminino em todos os aspectos.

Um trabalho paralelo de desconstrução e reconstrução dos conceitos usualmente utilizados e de desvendar sua neutralidade mostrando suas características sexuadas, conduzindo, necessariamente, a uma crítica dos modos de conceituação no conjunto das Ciências Sociais. (Kergoat, 1996)

O uso do termo gênero é aqui utilizado muito além do significado puramente gramatical, para tornar-se explicativo dos atributos específicos que cada cultura impõe ao masculino e ao feminino, a partir do lugar social e cultural construído hierarquicamente como uma relação de poder entre os sexos. O termo "sexo" reporta ao significado biológico, enquanto "gênero" representa, na perspectiva relacional uma

elaboração cultural sobre o sexo (Oliveira, 1997)

Finalizando...

As mulheres estão sempre, cotidianamente em Movimento, se transformando e buscando com suas pautas transformarem o mundo, e também sabem que toda transformação é dialética,

AS MULHERES ESTÃO SEMPRE EM MOVIMENTO, BUSCANDO COM SUAS PAUTAS TRANSFORMAR O MUNDO

cheia de ir e vir, de altos e baixos, de avanços e recuos. Mas nesse movimento ao se transformarem enquanto sujeito de direitos, percebem conscientemente que o processo dialético não abre possibilidade de retorno ao lugar de onde partiram, isto é, o lugar de não sujeitos, de oprimidas, subjugadas sem direito à esfera pública. Essas são as mulheres que romperam com as diferentes desigualdades de classe, gênero,

raça, geracional, orientação sexual que as oprimiam. São trabalhadoras do campo, da cidade, das águas e das florestas que seguem em luta ocupando diferentes espaços de poder e exigindo mais espaços de decisões em todas as frentes de luta seja, na sociedade civil, seja no parlamento, seja em cargos de governo.

A sociedade brasileira e o Estado têm uma enorme dívida com as mulheres e principalmente com as mulheres pretas. Sem dúvida, convivemos cotidianamente com a escravidão que não se acabou com a abolição. Todos os dados de pesquisa apontam que as mulheres negras são as mais estupradas, as que ganham 30% a menos que as mulheres brancas e que mais morrem; o feminicídio entre as mulheres pretas é uma chaga que não cansamos de denunciar Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, foram registrados 1341. Desse total 37,5% são brancas e 62% são negras.

Esses dados são subnotificados por diferentes motivos: as mulheres ainda tem vergonha de denunciar as violências e os profissionais que preenchem o atestado de óbito em grande maioria não colocam a causa como feminicídio.

Assim, são três os paradigmas fundamentais para conquistarmos a igualdade de gênero na sociedade: para trabalho igual, salário igual; garantia do exercício dos direitos sexuais e direitos reprodutivos bem como o acesso à saúde integral de todas as mulheres; o direito da mulher estar no lugar que ela escolher e principalmente nenhuma mulher a menos, nos queremos todas VIVAS.

Profa Tirular Sênior da UNIFESP e Visitante Sênior da UFABC
EX Ministra de Políticas para as Mulheres do Gov Dilma Rousseff
Presidenta do Conselho Curador da FPA



FARRA DOS CACS: COMO JAIR BOLSONARO LEVOU A CABO O SEU PROJETO PARA ARMAR A POPULAÇÃO

Sob Jair Bolsonaro, o número de registros de Colecionador, Atirador Desportivo e Caçador (CAC) disparou. Entre 2019 e 2022, o Exército brasileiro liberou mais de 5 mil licenças a pessoas com problemas na Justiça e até para pessoas mortas conseguiram liberação para o porte de armas. Governo Lula tem trabalhado para reverter quadro com Medidas para tornar mais rigorosa a liberação do porte de armas e frear a farra dos CACs

Henrique Nunes

O Edifício Fênix está em chamas. A fumaça e o fogo saem de um apartamento no primeiro andar e podem ser vistos de longe. Nos arredores da Rua Hércules Florence, no bairro do Botafogo, em Campinas (SP), ninguém ainda sabe o que causou ou quem causou o acidente na noite de 24 de fevereiro.

Horas depois, entra na história a figura do coronel reformado Virgílio Parra Dias, de 68 anos, dono do apartamento. Ao mesmo tempo em que fala com policiais militares, bombeiros ainda tentam controlar por completo o incêndio após uma série de explosões ocorridas no local. Mais de 40 pessoas receberam atendimento médico e o prédio foi completamente evacuado.

“O que o senhor guardava no imóvel?”, questiona um policial. Nem os membros da corporação conseguem acreditar no que veem e ouvem. Mesmo com um arsenal de guerra dentro de casa, Dias insiste na versão de que era apenas um cidadão de bem aposentado, “mero colecionador de armas, com o registro em dia e tudo”.

A sua versão era parcialmente verdadeira. O coronel tinha, de fato, certificado de Colecionador, Atirador Desportivo e Caçador (CAC) - informação confirmada pelo Comando Militar do Sudeste do Exército (CMSE) -, mas o que foi encontrado no imóvel pegou todo mundo de surpresa. Havia muito mais do que as seis armas permitidas por lei: em meio aos escombros, a PM encontrou 111 equipamentos, entre pistolas, fuzis, espingardas, pólvora e até granadas - uma delas teria explodido dentro de um cofre, segundo laudo da perícia, e iniciado o fogo.

Reprodução



LIBEROU Bolsonaro assinou novo decreto para flexibilizar regras sobre armas nesta terça, beneficiando “coleccionadores”

Ex-membro dos Agulhas Negras e agora instrutor de tiro, Dias sabia que devia explicações à Justiça e desapareceu sem prestar depoimento nem entregar qualquer documentação que provasse a legalidade daquele armamento todo. Àquela altura, a notícia já havia se desdobrado para outro tema: como, afinal, funciona a liberação dos registros de CACs?

Parte da resposta veio por meio de uma nova bomba, lançada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Em relatório divulgado no dia 4 de março, o órgão revelou que, entre 2019 e 2022, o Exército emitiu licenças de caçadores, atiradores e colecionadores para mais de 5 mil pessoas com problemas na Justiça. E mais: deste total, 1,5 mil pessoas conseguiram a licença depois de serem condenadas.

Se tais dados já serviriam para gerar enorme indignação, imagine só se até mesmo quem está morto conseguisse um CAC para chamar de seu. Durante o período, não à toa demarcado

pelos quatro anos da gestão de Jair Bolsonaro, 94 pessoas com atestado de morte confirmados tiveram aprovação para terem armas.

Àquela altura, o caso do coronel campineiro, apoiador de Jair Bolsonaro e entusiasta da tentativa de golpe em 8 de janeiro, já havia se tornado apenas uma faísca irrelevante diante dos desdobramentos ainda mais nebulosos que se sucederam ao incêndio no Edifício Fênix.

O maior culpado tem nome: Jair Messias Bolsonaro

Para a advogada e pesquisadora do Núcleo de Estudos de Violência e Direitos Humanos da Universidade Federal de Juiz de Fora (Nevidh-UFJF), Letícia Fonseca Paiva Delgado, hoje também à frente da Secretaria de Segurança Pública da cidade mineira, o relatório do TCU comprova o fato de que a gestão de Bolsonaro levou a cabo a proposta de armar a população. “O que houve na gestão anterior



não foi só um descontrole na política de armas no Brasil. Foi uma estruturação de uma política armamentista irresponsável. É importante a gente pensar que dar armas para as pessoas sempre teve impactos avassaladores na segurança pública. É banalizar a vida e fortalecer a possibilidade de crimes violentos na sociedade”, explica.

Delgado também reitera o fato de que mais de 70% dos crimes violentos ocorridos no Brasil (leia quadro) são cometidos com armas de fogo. “Uma política eficaz de segurança pública passa pelo controle rigoroso de armas nas mãos da sociedade civil”.

Mudança de discurso

Embora ainda haja muito a ser feito para reduzir a violência no Brasil e a entrada de armas de fogo nas ruas - seja legal ou ilegalmente -, Letícia Delgado está otimista em relação às mudanças iniciadas ou propostas desde que Luiz Inácio Lula da Silva retornou à Presidência da República.

Uma das mudanças celebradas pela pesquisadora foi o decreto sobre o controle responsável de armas, assinado por Lula em julho passado, e que contem-

pla o Programa de Ação na Segurança (PAS), lançado pelo Governo Federal.

As principais alterações dizem respeito à redução de armas e munições acessíveis para civis, inclusive os que se declaram caçadores, atiradores e colecionadores. A norma também coloca restrições às entidades de tiro desportivo, redução da validade dos registros de armas de fogo, entre outros.

“A mudança iniciada pelo presidente Lula começa no discurso em relação à política de armas no Brasil. Eh a gente sabe o quanto é importante o discurso de um agente político para direcionar a intencionalidade do Estado. Então a partir do momento em que você passa a ter um presidente com um discurso responsável, democrático, isso passa a ser um ponto de inflexão para que a gente possa pensar em mudanças reais - como no novo decreto dos CACs”, comemora.

Letícia, no entanto, reitera que ainda é preciso avançar em muitas frentes para aumentar a Segurança Pública do país, mas é “essa intencionalidade política, no sentido de criar um conjunto de regras, já é um avanço importante”.

ARMA NÃO ADIANTA, AGRAVA

Sete a cada dez homicídios ocorridos no Brasil foram causados por arma de fogo. A estatística aparece no Atlas da Violência, divulgado em 2023, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Os números levam em conta os casos ocorridos em 2021, e tiveram como base o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinam) do Ministério da Saúde.

Naquele ano, o país registrou um total de 33.039 homicídios por armas de fogo - taxa de 15,4 mortes por armas de fogo para cada 100 mil habitantes. 69,1% do total de homicídios no país foram praticados com o uso de armas de fogo. É consenso entre os pesquisadores do Ipea que o aumento de armas de fogo em posse da população só agrava a violência.

PERCEPÇÃO SOBRE ECONOMIA BRASILEIRA COMEÇA A AFETAR POPULARIDADE DO GOVERNO

Segundo a Quaest, 51% dos brasileiros dizem aprovar o governo e 46% reprovam, enquanto a Atlas traz 47% de aprovação e 46% de reprovação.

Matheus Tancredo Toledo

As pesquisas mais recentes divulgadas nesta semana, dos institutos Quaest, Atlas, e IPEC suscitaram extenso debate acerca da popularidade do governo federal e da avaliação das brasileiras e brasileiros sobre a situação do país. Neste artigo, traremos a análise do NOPPE (Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos da Fundação Perseu Abramo) sobre tais levantamentos - com base no acompanhamento constante que fazemos de pesquisas de diferentes institutos. Dedicamos em outro texto, para a revista Teoria e Debate, uma crítica à análise mais veiculada sobre os dados recentes, de que a queda na aprovação de governo seria resultado da denúncia de Lula sobre o genocídio em Gaza (Queda da aprovação do governo e o oportunismo da mídia - Teoria e Debate). Aqui, analisaremos os elementos que consideramos mais relevantes para explicar movimentações na opinião pública que estão evidentes desde o início do segundo semestre de 2023.

Nos textos anteriores publicados na Focus Brasil, vínhamos apontando para um cenário de estabilidade na avaliação do governo (Análise: Atlas reforça quadro geral de estabilidade na aprovação de governo - Revis-

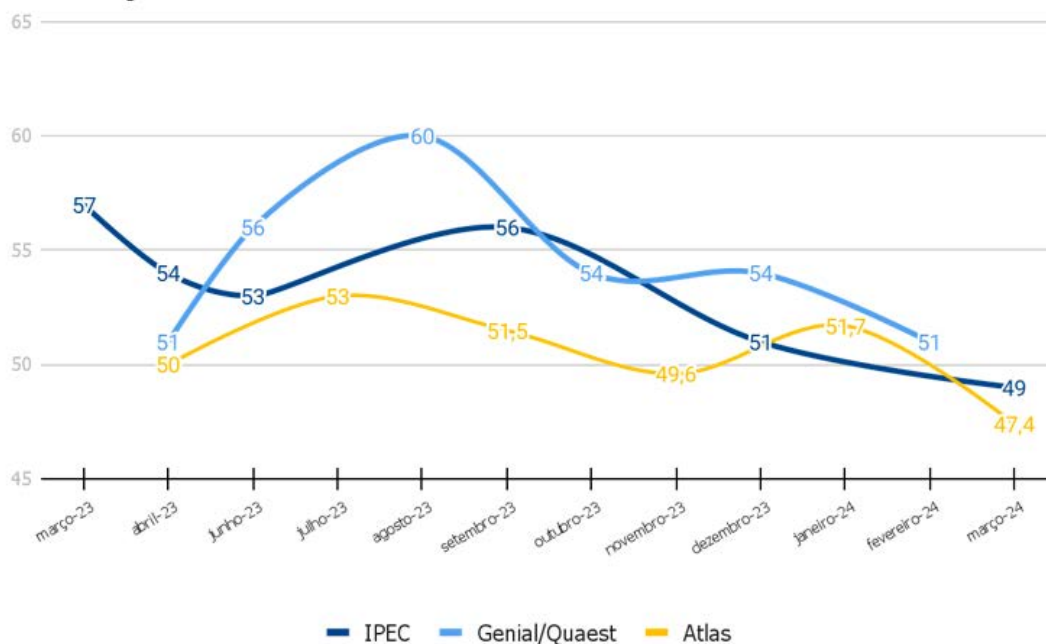


ta Focus Brasil), com ampliação do número de brasileiros que não viam melhora econômica, o que chamamos de sinal amarelo (Análise FPA: pesquisa indica estabilidade na aprovação de Lula - Revista Focus Brasil) e com paulatina reconsolidação da polarização política no segundo semestre do ano passado (Análise: como termina 2023 na opinião pública? - Fundação Perseu Abramo).

Agora, após essas duas pesquisas, é possível apontar que o 'sinal amarelo' passa a ganhar novos tons. De acordo com a pesquisa Quaest, realizada entre os dias 25 e 27 de fevereiro com 2 mil entrevistas presenciais e mar-

gem de erro de 2,2 pontos percentuais (p.p.), a pesquisa Atlas, realizada entre os dias 2 e 3 de março com 3.154 entrevistas online e margem de erro de 2 p.p., e a pesquisa IPEC, realizada entre os dias 1 e 5 de março com 2 mil entrevistas e margem de erro de 2 p.p., a avaliação do governo retornou ao pior patamar de suas séries históricas (visto em abril de 2023). Se no começo do segundo semestre de 2023 tivemos o auge de aprovação ao governo, impulsionado pela percepção de melhora econômica e de um momentâneo arrefecimento da polarização, nos deparamos desde então com uma paulatina deterioração deste quadro.

APROVAÇÃO GOVERNO LULA - GERAL



Segundo a Quaest, 51% dos brasileiros dizem aprovar o governo e 46% reprovam, enquanto a Atlas traz 47% de aprovação e 46% de reprovação. Quando instigados a avaliar o governo em uma escala mais ampla (ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo), 35% avaliam o governo positivamente, 28% como regular e 34% negativamente, segundo a Quaest, enquanto na Atlas 40,6% o avaliam negativamente, 38,1% positivamente e 18,2% como regular. Já na IPEC, 49% aprovam o governo e 45% o desaprovam.

Ao olhar para os segmentos, chamam a atenção as seguintes movimentações, segundo a Quaest: há mais reprovação que aprovação, de forma inédita, no Sudeste (52% de reprovação), entre os jovens (50%), entre os brasileiros/as com escolaridade média (50%), com renda familiar mensal de 2 a 5 salários-mínimos (52%), entre a população com cor/raça autodeclarada branca (50%) e entre quem votou branco/nulo ou não foi votar no segundo turno das eleições presidenciais de 2022 (49%).

Ainda, manteve-se uma maioria de pessoas com reprovação ao governo entre: moradores da região Sul (51%), ensino superior (53%), renda maior que 5 salários-mínimos (54%), evangélicos (62%), eleitores de Bolsonaro no segundo turno (88%). Também é destaque a perda de vantagem entre as mulheres: na pesquisa anterior, de dezembro, a diferença entre aprovação e reprovação entre elas era de 14 p.p., e agora é de 6 p.p. -- entre os homens, era de 6 p.p. e agora são 4 p.p. -- aproximando o patamar de ambos os gêneros.

Em artigo anterior, já linkado acima, apontamos que um sinal amarelo havia se acendido para o governo, especialmente em relação às percepções sobre o desempenho econômico, ainda que se mantivesse relativo otimismo com a economia. Ambas as pesquisas trazem, no entanto, que houve um aumento da sensação de piora econômica a partir de outubro de 2023, mesma temporalidade da queda progressiva da aprovação até voltar ao patamar de abril de 2023,

quando a percepção de piora econômica também era alta.

Ainda que o noticiário econômico tenha contado com uma alta significativa do PIB de 2023, o elemento inflacionário ganha destaque na percepção dos brasileiros, refletindo possivelmente o que já foi registrado pelo IBGE: por três meses seguidos a inflação de alimentos compôs a maior parte do IPCA mensal: 1,38% em janeiro, 1,11% em dezembro e 0,57% em novembro. O impacto, na opinião pública, é majoritário e fura, inclusive, a bolha da polarização: 73%, segundo Quaest, declaram ter sentido aumento nos preços, um aumento de 25 p.p. em 2 meses. Ainda que as pesquisas não aprofundem os elementos dessa percepção para além da perspectiva inflacionária/do poder de compra, o cenário requer atenção para este dado: a volta a um patamar visto no início do governo ocorre num contexto novo no qual o governo possivelmente conta com menos paciência da opinião pública, como quando estava em seu início.

A LUTA PERMANENTE POR MAIS DIREITOS PARA AS MULHERES

Odair Cunha

No segundo ano do governo Lula, o Dia Internacional da Mulher merece ser celebrado com destaque. Em primeiro lugar, pelo avanço



conquistado com a recriação do Ministério das Mulheres, que em pouco mais de um ano promoveu grandes realizações. No plano legislativo, com apoio da Bancada do PT, conseguimos aprovar 24 projetos, entre eles o da Lei da Igualdade Salarial, peça central do pacote de ações do governo com foco na valorização das brasileiras. O PL 1.085/2023, relatado pela deputada Jack Rocha (PT-ES), garante a igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens para o exercício de mesma função, um enorme avanço civilizatório.

Como primeira coordenadora negra da Secretaria da Mulher na Câmara, a deputada Benedita Silva (PT/RJ) comandou a pauta de defesa dos direitos das mulheres. Nossa bancada feminina teve atuação exemplar. Entre os projetos aprovados, destacam-se: PL nº 03/2023, de Maria do Rosário (PT/RS), com apensados de Dandara (PT/MG) e Luizianne Lins (PT/CE), que cria "Protocolo Não é Não" para atendimento à mulher vítima de violência sexual ou assédio.

E ainda o PL nº 2975/2023, de autoria de Juliana Cardoso (PT/

SP), que garante a inclusão da situação da mulher indígena de forma transversal na legislação de enfrentamento à violência e de promoção da saúde e da educação. Também de autoria de Maria do Rosário, aprovamos a Lei nº 14.717, que instituiu a pensão especial

aos filhos e dependentes crianças ou adolescentes órfãos em razão feminicídio.

Entretanto, sabemos bem dos grandes desafios ainda existentes para a superação de problemas históricos relacionados ao respeito e ao papel das mulheres em nossa sociedade, para a suplantação de relações patriarcais, opressão, preconceitos, coerções, violência. Enfim, há a tarefa imensa de estabelecer condições igualitárias e de empoderamento, bandeiras empunhadas pelas mulheres em todos os quadrantes do planeta.

Com pouco mais de um ano do governo de reconstrução nacional, conseguimos dar muitos passos à frente. Por meio do Ministério das Mulheres, serão lançadas propostas para elaboração conjunta de plano de ações para um Pacto Nacional de Prevenção aos Femicídios, já objeto de um decreto presidencial. É preciso enfrentar e prevenir os altos índices de feminicídios no Brasil, com uma pactuação com a sociedade, por meio dos estados, municípios e entidades da sociedade civil.

Temos que prevenir todas as

formas de discriminações, misoginia e violências contra as mulheres, por meio de políticas governamentais, somadas a ações de mobilização e engajamento da sociedade. O governo voltou a investir em novas unidades da Casa da Mulher Brasileira, no âmbito da retomada do Programa Mulher Viver sem Violência. O Ministério das Mulheres também investiu na reestruturação do Ligue 180 e em outras frentes de atendimento a mulheres em situação de violência. Tivemos também a iniciativa Brasil sem Misoginia, que contou, logo no primeiro ano da ação, com a adesão de mais de 140 empresas, instituições públicas, movimentos sociais, organizações diversas, como torcidas de futebol.

É preciso continuar a mobilização em torno das agendas da igualdade econômica e ampliação da presença das mulheres nos espaços de poder e decisão, ampliando sua representação no Executivo e no Legislativo. É urgente prevenir o feminicídio e combater a violência sexual e doméstica, assim como o discurso de ódio às mulheres no ambiente online e o machismo.

A Bancada do PT atua em defesa das mulheres para garantir a proteção integral à vida, à igualdade de direitos. Trata-se de uma luta civilizatória essencial para a própria democracia e a construção de uma sociedade sem nenhum tipo de desigualdade.

Deputado federal por Minas Gerais e líder da Bancada do PT na Câmara dos Deputados



PT É O PARTIDO PREFERIDO DE 34,6% DOS BRASILEIROS, SEGUNDO PESQUISA ATLAS INTEL

O novo percentual mostra um crescimento da avaliação do partido junto à população. Na pesquisa anterior, em fevereiro, o PT tinha 29%

O Partido dos Trabalhadores reafirmou sua posição de partido preferido dos brasileiros, em pesquisa da Atlas Intel, divulgada nesta sexta-feira 8.

De acordo com a pesquisa, o PT é apontado como partido preferido por 34,6% dos entrevistados pela pesquisa realizada entre os dias 4 e 7 de março.

O novo percentual mostra um crescimento da avaliação do partido junto à população. Na pesquisa anterior, em fevereiro, o PT tinha 29%.

Os demais partidos aparecem distantes das três primeiras colocações, o levantamento atual traz o PSOL com a simpatia de 2,7% e o PSDB, que soma 2,3%.

Em seguida figuram o Novo, com 1,5%; o PCdoB, com 1,3%; e o e o PSD, com 1%. A opção 'nenhum' é mencionada por 25,1% dos eleitores, mesmo percentual de preferência pelo PL.

PDT, MDB, União Brasil e PSB e a não passaram de 1%. A opção 'outros partidos' foi citada por 5,6% dos brasileiros entrevistados.



FPA NAS ELEIÇÕES: NAPPS AVANÇAM NA CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS PARA CANDIDATURAS PETISTAS

Núcleos de Ciência, Tecnologia e Inovação e de Educação abrem a série de encontros com dirigentes, lideranças e especialistas previstos para acontecer no mês de março

Henrique Nunes

O trabalho realizado pelos Núcleos de Acompanhamento às Políticas Públicas (Napps) segue como parte indispensável da Fundação Perseu Abramo na construção de candidaturas petistas Brasil afora - a previsão é que o partido tenha mais de 3 mil nomes na disputa.

Na primeira semana de mar-

ço, dois debates temáticos foram realizados pelos núcleos, ambos por meio do projeto "FPA nas Eleições". O primeiro, no dia 4, foi do Napp de Ciência, Tecnologia e Inovação, que resultou ao final na formatação de uma série de ideias para promover o desenvolvimento inclusivo e sustentável nas cidades do país.

Para Paulo Okamoto, presidente da FPA, "o desafio dos NAPPs é manter a produção de conhecimento e contribuir para

o que governo atue cada vez melhor". Segundo Okamoto, é preciso entender por que o Brasil não acompanhou o ritmo de países como China e Coreia do Sul no desenvolvimento de tecnologias e na modernização das cidades.

"Esta é uma área em que devemos ter uma dedicação extra diante do relativo atraso do Brasil em ciência e tecnologia se comparado a outras nações como China e Taiwan. Temos totais condições de promover um

desenvolvimento que preserve direitos e melhore a condição da população nas cidades”, concluiu.

Em mensagem por vídeo, a presidenta do Partido dos Trabalhadores, Gleisi Hoffmann, endossou a importância dos NAPPs em pautar ainda mais as candidaturas petistas com propostas e ideias sobre Ciência, Tecnologia e Inovação. “Os núcleos se transformam assim como o país se transforma. Por isso trabalhamos cada vez mais forte para que tenhamos elementos para debater qualquer tema sempre em sintonia com o atual momento em que vivemos. A gente sabe que as eleições têm papel fundamental no desenvolvimento do país. Isso passa pela construção de cidades modernas e que tenham oferta de serviço público de qualidade. Esse seminário irá contribuir para o PT de todos os lugares do Brasil”, avaliou.

Uma das participantes do debate foi Verena Hitner, secretária-executiva do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, que elogiou a disposição do presidente Lula em incluir o tema na agenda prioritária do governo: “Quando apresentamos ao Lula o programa Nova Indústria Brasil (NIB), foi muito acertada a maneira como o presidente resolveu tocar este tema a partir de um conselho nacional, um espaço paritário entre governo e sociedade civil, que pensasse e elaborasse ideias para retomar a industrialização do país de maneira sustentável”.

Lançado em janeiro, o NIB é um conjunto de ações para o desenvolvimento do país com metas a serem colocadas em prática nos próximos 10 anos. “Nós propusemos um trabalho com metas ambiciosas que geram responsabilidades para cada um dos atores da sociedade e transformem positivamente as cidades”.

Reprodução



NAPP Ciência, Tecnologia e Inovação apresenta panorama sobre desenvolvimento sustentável que sirva de base para a construção de programas de governo petistas

Acesso à Educação é defendido por palestrantes

A possibilidade de contar com um novo Plano Nacional de Educação (PNE), cujo Projeto de Lei foi apresentado ao Congresso no final de janeiro, tem aumentado as expectativas de quem trabalha ou tem trajetória ligada à defesa do setor.

Nomes como o da prefeita de Juiz de Fora, Margarida Salomão, da senadora Teresa Leitão e da governadora do RN, Fátima Bezerra, todas elas professoras, foram unânimes ao citar o PL como ponto de virada da Educação Nacional. Mas alertaram: o debate sobre o tema tem que ser feito nas cidades, com lideranças municipais, e pela ampliação do acesso a escolas após anos de desmonte sob a gestão de Jair Bolsonaro.

As lideranças petistas participaram do debate promovido pelo Núcleo de Apoio às Políticas Públicas (NAPP) de Educação. A iniciativa faz parte do projeto “FPA nas Eleições”, criado para que propostas e ideias como as apresentadas na quarta, dia 6,

“O direito à Educação tem que ser o nosso foco. Passamos por um momento de completa ausência do governo federal,

com Jair Bolsonaro, para evitar o abandono de alunos e alunas nas escolas e agora é hora de nos reguermos. Com Lula, temos que levar o debate para todos os cantos do país sobre a necessidade de um plano nacional que amplie o acesso à Educação”, avaliou Fátima Bezerra, por meio de carta enviada ao evento.

O trabalho do NAPP Educação irá contribuir para experiências positivas endossem o chamado “modo petista de governar”. Um desses exemplos está em Juiz de Fora: sob a gestão de Margarida Salomão, a cidade mineira conseguiu levar acesso a creches para 100% das crianças.

“Espero que o trabalho que fizemos seja levado para os programas de governos de diversas outras cidades e inspire políticas semelhantes de acesso à Educação”.

Para a senadora Teresa Leitão, a tarefa de todos é “conectar as pessoas a essas políticas. O que significa por exemplo o aumento da verba para merenda? Isso que precisamos reforçar esse discurso

Ao longo do mês, NAPPs como Direitos Animais, Mudanças Climáticas e Igualdade Racial também farão encontros para contribuir na elaboração de programas de governo petistas.



Ricardo Stuckert / PR

MINC REALIZA A MAIOR CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA DA HISTÓRIA DO PAÍS

Foram aclamadas 30 propostas prioritárias para a Cultura; desde segunda-feira quase 5 mil pessoas passaram pelo Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília

“Realizamos a maior Conferência de Cultura da história do país. Tivemos um número expressivo de participantes para além dos delegados e convidados da Conferência, que vieram por conta própria de diversos cantos do país. Isso simboliza o interesse e a importância que o brasileiro dá à cultura”, avalia a ministra Margareth Menezes sobre os cinco dias de realização da 4ª Conferência Nacional de Cultura (4ª CNC), em Brasília. Os trabalhos encerraram-se na tarde desta sexta-feira (8), quando foram definidas pelos delegados e delegadas as 30 propostas prioritárias que irão compor o documento final do encontro.

A secretária dos Comitês de Cultura do Ministério da Cultura (MinC), Roberta Martins, diz que foram 10 anos discutidos em cinco dias. “O movimento social apresentou uma maturidade bastante grande no apontamento das prioridades. Como principais características, a gente tem a necessidade de olhar para os territórios e os grupos que foram invisibilizados pelo governo anterior. Isso aparece muito claramente nas proposições, nas falas dos participantes, delegados e convidados. Uma outra questão que se coloca é a necessidade de se olhar o Sistema Nacional de Cultura, considerando as especificidades da gestão que a cultura tem, o Sistema vai ser o estruturador, ter sido votado no Senado na semana da CNC foi fundamental”.

Ainda segundo a secretária, também foi destaque a necessidade de articulação dos setores artísticos e das expressões culturais. “Os setores querem se organizar, em políticas próprias, e isso é muito importante também. Sem dúvida nenhuma, a perspectiva gigante que a participação social da cultura tem para traduzir os processos democráticos, como

fazer, como se portar, a cultura política também deve ser aliada nesse processo. Após entregarmos as propostas, a gente passa a discutir novamente com todo mundo para a construção do novo Plano Nacional de Cultura”.

As propostas aprovadas passam pela reestruturação do Sistema Nacional de Cultura, o fortalecimento das culturas da Amazônia Legal e de biomas fronteiraços, ampliação da Política Nacional Cultura Viva, reestruturação do Conselho Nacional de Políticas Culturais, criação do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural.

A criação de uma política afirmativa de bolsas para artistas, fazedores e trabalhadores da cultura, criação de um Programa Nacional de Formação Continuada de responsabilidade do poder público com políticas afirmativas, Sistemas setoriais das artes, Instituições setoriais específicas,

Circuitos e festivais culturais dos povos indígenas, comunidades tradicionais, ribeirinhas, afro e afrodescendentes; Política Nacional das Artes (PNA)

Direito dos trabalhadores, Fomento, Formação, Política Nacional de Economia Criativa, Diretrizes específicas no SNC para

minorias, Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Programa Nacional de Cultura dos Povos do Campo, das Águas e das Florestas, Reparação Histórica. De acordo com o regimento geral, o MinC tem até 60 dias para divulgar o relatório com o texto final das propostas definidas ao longo da 4ª CNC.

Participações

Para o secretário de Cultura do Estado da Bahia, Bruno Monteiro, a 4ª CNC coroa o processo de retomada das políticas culturais e da própria cultura para o centro desse projeto de união e reconstrução do Brasil. “Foi um momento muito rico, de encontros, de trocas, de convergências e divergências naturais da nossa democracia, mas especialmente de dar voz e vez a quem faz a cultura acontecer em todos os cantos do Brasil, com toda sua riqueza e a sua diversidade e isso é essencial para quem se propõe a construir e gerir políticas públicas que dialoguem com o sentimento da população”.

Carmem Brigida é delegada e compõe o Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC). Ela diz que nada supera o fato de as



Gilberto Soares/Minic



Reprodução

“Conceituar um assunto que estava tão distante do pensamento, eu acho que uniu. Eu saí daqui melhor do que eu entrei, porque a cada dia aqui dentro a gente vai se percebendo de um universo maior que o nosso e aprendendo com a cultura do outro”.

“Nós fechamos a CNC com chave de ouro, alcançamos os nossos objetivos. As propostas saíram maravilhosas, foram propostas muito boas e alcançou a todos os povos, a todos os tipos de cultura que estavam aqui presentes. A cultura brasileira está de parabéns, depois de 10 anos sem uma Conferência, sentimos que os fazedores de cultura que estavam aqui presentes saíram satisfeitos com as propostas também e na paz”, conta o também delegado representante da Câmara de Cultura Afro-brasileira no CNPC, Pai Geová D’Kavungo.

Essa é a primeira Conferência Nacional que Jacineide Soares, delegada da sociedade civil pelo Estado do Rio de Janeiro, participa. “A gente já vem num campo de luta municipal e estadual, mas a Conferência Nacional era aguardada com muita expectativa e saímos daqui com a sensação de dever cumprido enquanto delegado da sociedade civil. A

gente trouxe muitas demandas, a gente acreditou que não seria possível discutir todas essas demandas acumuladas nesses 11 anos de ausência e silêncio para discutir, mas a gente conseguiu isso. A sensação de poder começar é o que a gente está levando agora. Sem contar com esses laços que foram refeitos, a gente não se comunicava com os outros estados, a gente não sabia o que eles pensavam uns dos outros. E, esse reencontro, eu, enquanto mulher preta, candomblecista, carioca, um estado em que ainda estamos brigando muito por espaço, e a gente tá numa Conferência desse tamanho. Dialogando, entendendo quais são os nossos pontos de encontro. É a marca dessa Conferência.

CNC em números

Participaram da Conferência, 1.338 delegados, 1.087 convidados, 1.491 observadores, 738 pessoas no apoio e organização; além de 151 profissionais da imprensa.

“A gente tem um resultado super importante no sentido da projeção da política pública, da retomada da participação social e do processo de Conferência, que é a pactuação entre poder público e sociedade civil, onde se

encontram, dialogam, celebram. Então foi um momento único e histórico porque já podemos dizer que é a maior Conferência de Cultura já realizada. Depois de 10 anos sem Conferência, a 4ª CNC reuniu quase cinco mil pessoas entre observadores, convidados, delegados e trabalhadores em geral, mas focando nos delegados, convidados e observadores; a maioria muito interessada e ávida por debater e escutar a opinião de todos os estados sobre o rumo da política pública de cultura”, avalia o coordenador-Geral do CNPC e um dos organizadores da Conferência, Daniel Samam.

Metodologia

A metodologia da Conferência Nacional privilegiou o debate a partir da sociedade civil, trazendo nas propostas que chegaram à Plenária Final, o acúmulo de uma década de demandas do campo cultural, que se expressaram em 30 propostas priorizadas, elencadas a partir do voto dos delegados e delegadas. Assim, reforçando o exercício da coalizão, do consenso e do respeito ao contraditório, típicos da democracia.

Realização

A 4ª CNC é realizada pelo MinC e pelo Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), e correalizada pela Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura no Brasil (OEI). Além disso, conta com apoio da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso Brasil).

O Festival da Cultura, que também integra a programação, é apresentado e patrocinado pelo Banco do Brasil, como realização do MinC e do CNPC, correalização da OEI e apoio da Flacso Brasil.



CHIQUINHA GONZAGA

- MÚSICA, SUBSTANTIVO FEMININO: RECÉM ESTREADO,
DOCUMENTÁRIO RESGATA NEGRITUDE APAGADA

Documentário protagonizado apenas por mulheres mostra a "Chiquinha Gonzaga real" que o Brasil ainda desconhece, um retrato de apagamento histórico e invisibilidade na negritude de Chiquinha, que deixou um legado pioneiro como compositora, maestrina e abolicionista

Para compreender e celebrar o reconhecimento do Choro como parte integrante da cultura e da história do país, o curta documentário "Chiquinha Gonzaga: Música: Substantivo Feminino" é opção perfeita para a ocasião. O documentário, dirigido por Juliana Baraúna e Igor Miguel, retrata a potente trajetória da musicista Francisca Edviges Neves Gonzaga (1847-1935), compositora mais notável do estilo, que acabou conhecida nacionalmente como a "mãe do Choro".

O filme repara, de uma vez por todas, um dos mais nefastos apagamentos de negritude da história do país. A compositora recebeu a marca de mulher branca no imaginário popular ao longo da história, a exemplo de outros intelectuais e artistas negros, como Machado de Assis. O estereótipo do apagamento de Chiquinha ganhou força ao ser representada por Gabriela e Regina Duarte, duas atrizes brancas, na minissérie de ficção exibida pela Rede Globo em 1999 – ainda disponível em seus serviços de streaming e canais pagos.

Resgate

O projeto do documentário nasceu por iniciativa da produtora Cinegroup, local onde trabalhavam os Juliana Baraúna e Igor Miguel, que dirigem a obra. Eles explicam que o propósito de apresentar a "Chiquinha real" partiu deles. Juliana conta que "Ainda que fosse uma obra ficcional, entendemos que historicamente, o Brasil tem essa tendência não orgânica, mas estratégica, de embranquecimento de figuras históricas importantes como Chiquinha".

Em uma sociedade marcada pelo machismo, onde as jovens eram educadas a se anular



na companhia dos homens, a primeira filha do casal Rosa de Lima Maria e José Basileo Neves Gonzaga, neta da escravizada Tomázia, nasceu em 1847. Criada como uma tradicional mulher branca da época, presa ao modelo patriarcal ainda mais latente da época, o piano, que fez parte de sua educação, lhe abriu os olhos e os ouvidos para o mundo e a convivência com o diferente.

O documentário revela que um membro da família, que era flautista, foi o responsável por despertar na menina a paixão pelos sons da rua. Sob a influência desse tio, Chiquinha preparou para a festa de Natal da família em 1858, com apenas 11 anos de idade, a "Canção dos Pastores", sua primeira composição. Aos 16 anos foi condenada a um casamento arranjado que lhe ofereceria conforto financeiro, mas não lhe traria felicidade. Aos 23 anos, infeliz e pressionada para deixar a música, declarou ao marido que não entendia a vida sem harmonia. Ousou deixar para traz três filhos para dedicar-se ao seu verdadeiro amor: a música.

O abandono do lar foi seu primeiro gesto de atrevimento que a transformaria em um ícone de liberdade e a colocou, de maneira definitiva, no mundo da música. As narrativas das mulheres que apresentam a genialidade da compositora trazem uma perspectiva única da sua trajetória, uma mulher que o Brasil ainda aprende a conhecer, respeitar e valorizar. Dilma Rousseff quando presidenta, instituiu o Dia da Música e escolheu o dia de seu nascimento, 17 de outubro, para celebrar a música popular brasileira.

Juliana Baraúna descreve o documentário como uma obra que causa reflexão. "Quando você entra para assistir um filme de uma forma e sai de outra forma, você é transformado", aponta. "[Essa é] a importância do 'fazer cinematográfico', uma atividade com uma responsabilidade muito grande, independente de ser uma obra de ficção ou um documentário".

O documentário estreou em fevereiro, no canal *Curta!* e está disponível no streaming do canal, o *CurtaOn*.



DIREITA VENCE ELEIÇÕES LEGISLATIVAS EM PORTUGAL

Coligação teve 29,49% dos votos e elegeu 79 deputados

A Aliança Democrática (AD) foi a coligação mais votada, com 29,49% dos votos e 79 deputados nas eleições legislativas desse domingo (10) em Portugal. O Chega quadruplicou o número de deputados, com 48 mandatos. O PS foi o se-

gundo mais votado, com 28,66% e 77 deputados, ao final das apurações. Ainda faltam apurar os resultados nos círculos da emigração, que elegem quatro deputados, segundo dados da Secretaria-Geral do Ministério de Administração Interna - Administração Eleitoral.

08 de março de 1991

SURGE UMA NOVA CENTRAL SINDICAL

É criada a Força Sindical, uma nova central de trabalhadores fundada por lideranças que defendem o “sindicalismo de resultados”, mais pragmático e desvinculado das bandeiras políticas de esquerda. Apesar de se declarar independente, a nova central tem identidade programática com o governo Collor, apoiando, por exemplo, o programa de privatizações. Seu primeiro presidente é o sindicalista Luiz Antônio de Medeiros, que depois se elegerá deputado federal.

A Força Sindical foi criada para contrapor-se à Central Única dos Trabalhadores (CUT), ligada ao PT. Mesmo defendendo os temas gerais da agenda sindical, como o combate ao desemprego e ao arrocho dos salários, a Força Sindical desestimulava o “greivismo” e incen-

tivava as negociações diretas com cada empresa. A paralisação seria o último recurso.

A proposta encontrou eco em vários segmentos de trabalhadores desgastados com o grande número de greves dos anos anteriores motivadas pelas perdas salariais. Participaram do ato de criação da nova central 2.500 sindicalistas e políticos.

No ano seguinte, a Força derrotaria a CUT na disputa pela direção do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Siderúrgica de Volta Redonda (RJ), foco de greves e conflitos no final do governo Sarney. A Força declarou apoio à privatização da companhia, que ocorreria em 1992. Seguirá contrapondo-se à CUT, embora as duas centrais façam alianças pontuais em alguns momentos.

11 de março de 1970

CÔNSUL DO JAPÃO É TROCADO POR PRESOS

Numa ação comandada por Ladislau Dowbor e Eduardo Collen Leite, o Bacuri, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) sequestra Nobuo Okushi, cônsul do Japão em São Paulo. O grupo exige a libertação de cinco presos políticos, que deveriam ser enviados para o México.

Na lista, estavam Damaris Lucena, mulher de Antônio Lucena, assassinado dias antes pela repressão, e seus três filhos menores. Os outros quatro eram Otávio Ângelo, dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN), mãe Maurina Borges da Silveira, Diógenes Carvalho de Oliveira e Mário Japa, como era conhecido Chizuo Ozava, ambos militantes da VPR. Todos seriam soltos e banidos.

Foi o primeiro sequestro realizado pela VPR, que nesse período era comandada pelo ex-capitão Carlos Lamarca.

10 de março de 1953

300 MIL VÃO ÀS RUAS CONTRA A CARESTIA

Operários da fábrica de tecidos Matarazzo decretam a greve que será o estopim de um amplo movimento contra a inflação e por melhores salários, desafiando os governos estadual e federal. No dia seguinte, 1.200 operários do Lanifício Santista cruzam os braços.

A partir de então, o movimento grevista se alastraria por todo o estado de São Paulo, na famosa Greve dos 300 Mil.

A Marcha das Panelas Vazias seria realizada uma semana depois. Cerca de 60 mil trabalhadores partem da praça da Sé em direção à sede do governo do estado, nos Campos Elísios, numa passeata que terminaria em confronto com a polícia e a prisão de centenas

de pessoas. Uma semana depois, os tecelões decretariam greve, e a eles se juntariam trabalhadores dos bairros operários da Mooca, Brás, Belém e Ipiranga.

Os operários que participaram da Greve dos 300 Mil inaugurariam um tipo de organização que se tornaria um modelo para o movimento sindical. A mobilização era vertical: começava pelos comitês de fábrica, era validada por assembleias e ganhava as ruas com passeatas, comícios e piquetes.

O movimento persistiria mesmo depois de a Delegacia Regional do Trabalho decretar sua ilegalidade e das ameaças do ministro do Trabalho, Segadas Viana, de enquadrar os grevistas na Lei de

Segurança Nacional.

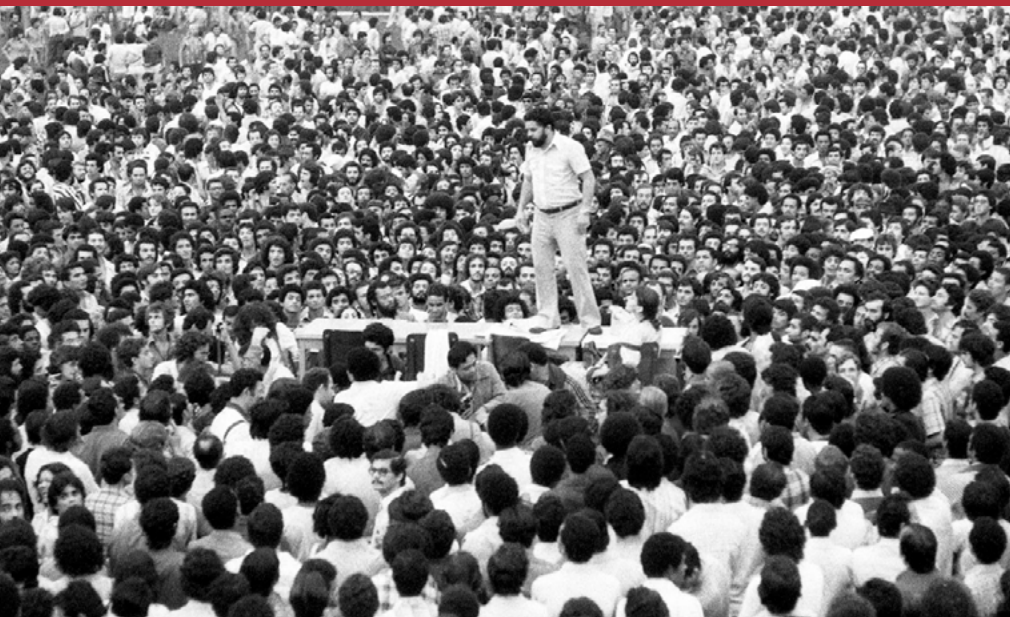
O Tribunal Regional do Trabalho propôs aumento de 32% nos salários, mas os trabalhadores mantiveram a exigência de aumentos de 50% a 60%, enquanto os empresários não estavam dispostos a passar dos 20% de reajuste.

Cerca de um mês após o início do movimento, foi fechado um acordo com base na proposta do TRT, à qual se agregaram três novos itens: libertação dos presos, pagamento dos dias parados e suspensão das demissões.

Apesar do compromisso, as empresas demitiram milhares de trabalhadores depois do fim da greve.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br



13 de março de 1979

A GRANDE GREVE DOS TRABALHADORES DO ABC

Metalúrgicos de São Bernardo, Diadema, Santo André e São Caetano deflagram a primeira greve geral de uma categoria no país desde a paralisação de Contagem (MG), em 1968. A medida foi aprovada pelas assembleias dos três sindicatos do ABC, com o objetivo de obter um reajuste salarial de 78,1%. Mesmo enfrentando forte repressão e a intervenção do governo nos sindicatos, a greve durou duas semanas. Foi suspensa por 45 dias para que fossem reabertas negociações com as empresas, que acabaram concedendo um reajuste de 63%. Foi a maior conquista salarial daquele período.

A greve geral de 1979 mostrou o rápido avanço da organização dos trabalhadores, que mais uma vez desafiaram a ditadura e dobraram os patrões. Cerca de 200 mil trabalhadores participaram do movimento, que paralisou a produção das indústrias automobilísticas (adesão total na Volks, Ford, Mercedes-Benz e Scania) e de autopeças e de outras grandes empresas da região. Pela primeira vez foi organizado um fundo de greve. Os trabalhadores receberam apoio da igreja católica, de entidades civis, do MDB e de artistas famosos. São Bernardo do Campo tornou-se o

centro político do país.

Com adesão maciça dos trabalhadores, a sede do Sindicato dos Metalúrgicos ficou pequena para o movimento. A primeira assembleia dos grevistas foi transferida para o estádio municipal da Vila Euclides, cedido pelo prefeito Tito Costa (MDB). Cerca de 60 mil trabalhadores ocuparam o gramado e as arquibancadas. Na falta de palanque e sistema de som, o presidente do sindicato, Luiz Inácio da Silva, o Lula, falou de cima de uma mesa de escritório usando um megafone. Suas palavras eram repetidas em coro pelos trabalhadores mais próximos e repassadas pelos que estavam atrás.

No primeiro dia de greve, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) informou que não concederia nada além do reajuste de 44% negociado na véspera com a Federação dos Metalúrgicos de SP, controlada por pelegos. A pedido da Fiesp, o Tribunal Regional do Trabalho decidiu que o movimento era ilegal e determinou o retorno ao trabalho. No dia seguinte, os trabalhadores criaram o fundo de greve para receber doações e alimentos, preparando-se para uma paralisação prolongada.

No domingo, dia 18, 80 mil metalúrgicos decidiram manter-se parados até que os patrões aceitassem negociar o reajuste salarial. Muitos levaram as famílias ao estádio de Vila Euclides naquele domingo. O bispo de São Bernardo, dom Claudio Hummes, participou da assembleia e rezou o "Pai Nosso" em coro com os trabalhadores. A greve do ABC já havia se alastrado para outras cidades industriais, como São José dos Campos (SP).

A repressão tornou-se feroz na segunda-feira, quando milhares de policiais militares ocuparam as ruas do centro e dos bairros operários de São Bernardo. A PM levou a tropa de choque, a cavalaria e cães policiais para intimidar os operários. No dia 23, o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, determinou intervenção federal nos três sindicatos de metalúrgicos do ABC. Lula e os diretores depostos do sindicato de São Bernardo passaram a se reunir na casa paroquial da igreja matriz de São Bernardo, cedida por dom Claudio.

Quatro dias depois da intervenção, Lula propôs à assembleia uma trégua de 45 dias – até maio, quando começariam a ser pagos os salários com o reajuste anual. Nesse dia, Lula pediu a confiança dos metalúrgicos e disse: "Que ninguém, nunca mais, ouse duvidar da capacidade de luta dos trabalhadores". Ao longo da trégua, a direção destituída do sindicato continuou mobilizando a categoria em reuniões na matriz, nos bairros e nas portas de fábrica. No 1º de Maio, 150 mil pessoas participaram de um ato pelo Dia do Trabalhador no Estádio de Vila Euclides.

Ao final da trégua, em 13 de maio, nova assembleia na Vila Euclides aprovou a proposta dos patrões de um reajuste geral de 63%. A intervenção foi suspensa e a diretoria eleita reassumiu o sindicato em 18 de maio. Mesmo sem alcançar a reivindicação inicial de 78%, a greve de março consolidou a organização e a independência do movimento.

FRIEDRICH ENGELS

CONTRIBUIÇÕES
PARA A HISTÓRIA DO
CRISTIANISMO
PRIMITIVO

PREFÁCIO
FREI BETTO

expressão
POPULAR



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Neste livro, Friedrich Engels apresenta questões sobre o modo de organização das primeiras sociedades cristãs e elementos presentes no ideário comunista. Engels observa que, assim como a classe operária é oprimida pela burguesia, os cristãos primitivos eram oprimidos e perseguidos pelo Império Romano. Religião dos pobres, servos e escravos, esses cristãos foram rotulados como inimigos da sociedade. Tratamento semelhante ao que se viu contra comunistas séculos depois. Ambos tratam de redenção, mas com uma diferença: o cristianismo promete a salvação na vida eterna após a morte e o comunismo convoca para a transformação da sociedade nessa vida, nesse mundo. Engels fala de movimentos cristãos organizados que trouxeram princípios socialistas. Cita a influência das ideias cristãs sobre os operários franceses nos levantes de 1830. Clássico de Friedrich Engels, publicado originalmente em 1895, o ensaio “Contribuições para a história do cristianismo primitivo”, foi lançado neste ano pela editora Expressão Popular e pela Fundação Perseu Abramo com prefácio de Frei Beto e apresentação de Alberto Cantalice, diretor de comunicação da FPA.